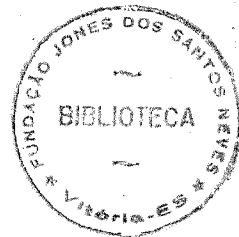


**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR
COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES**

**PLANO EMERGENCIAL DE HABITAÇÃO PARA O
PRIMEIRO ANO DE GOVERNO**

**GRUPO DE TRABALHO DO GOVERNO ESTADUAL
PARA DEFINIÇÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL**

**IJ00436
8012/1987**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE ESTADO DA AÇÃO SOCIAL

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR

COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PLANO EMERGENCIAL DE HABITAÇÃO PARA O
PRIMEIRO ANO DE GOVERNO

GRUPO DE TRABALHO DO GOVERNO ESTADUAL
PARA DEFINIÇÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL

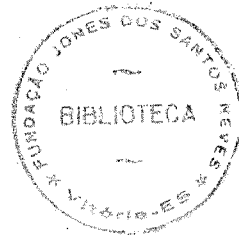
1000436

728.098132

I 59 P

8012/87

AGOSTO/1987



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MAX FREITAS MAURO

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
RICARDO FERREIRA DOS SANTOS

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR
LEODÓSIO ANTONIO PASTE



EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO - COPLAN

Maria da Penha Santos Andrião - Assistente Social

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR

Elói Angelo Lorençon - Engenheiro

Paulo José Santos Lindoso - Engenheiro

SECRETARIA DE ESTADO DA AÇÃO SOCIAL

Elenir Pretti Vasconcellos - Assistente Social

Maria Severiana de Laia - Assistente Social

COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO - COHAB-ES

Breno Semprine Filho - Arquiteto

CASA DOS PREFEITOS

Celso Siqueira Júnior - Economista

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Ana Márcia Erler - Arquiteta

Isabella Batalha Muniz - Arquiteta

Magno Pires da Silva - Administrador

SUMÁRIO

	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO	06
2. METODOLOGIA DE SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS	10
3. CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR ORDEM DE PRIORIDADES	17
4. RELAÇÃO E MAPA DOS MUNICÍPIOS VISITADOS	19
5. PROPOSTA DE ATUAÇÃO PARA O PLANO EMERGEN <u>CIAL</u> DE HABITAÇÃO	23
6. PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADOS PARA A ATUA <u>ÇÃO</u> NO PLANO EMERGENCIAL DE HABITAÇÃO	27
7. CONCLUSÃO	40
ANEXOS	
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SOBRE PROGRAMAS HABITA <u>CIONAIS</u> NOS MUNICÍPIOS	
ANEXO 2 - ROTEIRO BÁSICO DOS RELATÓRIOS UN <u>I</u> FORMIZADOS	
ANEXO 3 - RELATÓRIOS TÉCNICOS DE VISITAS AOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS	

ANEXO 4 - QUADRO DA SITUAÇÃO DOS TERRENOS PA
RA PROJETOS HABITACIONAIS DO ESPÍRI
TO SANTO

ANEXO 5 - QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNI
CÍPIOS VISITADOS

INTRODUÇÃO

O Governo do Estado do Espírito Santo através da Coordenação Estadual do Planejamento-COPLAN, definiu dentro do Plano de Ação Governamental, as ações prioritárias a serem desenvolvidas a partir de 1987. Entre estas ações prioritárias ganha destaque especial a moradia.

Conforme filosofia do Governo Max Mauro a Política Estadual de Moradia irá buscar atender os estratos sociais na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos, exatamente porque esta população é a que foi marginalizada sistematicamente do sistema oficial de habitação, até então, o Sistema Financeiro de Habitação do extinto BNH (SFH/BNH).

A criação do Fundo Estadual de Moradia e a institucionalização de um Grupo de Trabalho para definição da Política Habitacional, constituem passos significativos para consolidação desta relevante prioridade social, que é a habitação.

O presente trabalho representa o resultado concreto do GTH/ES, expresso num *Plano Emergencial de Habitação para o primeiro ano de Governo*, que abrange intervenções em 22 municípios do interior do Espírito Santo, priorizados pela sua carência sócio-econômica, por disporem de terrenos públicos municipais e também pelo fato relevante de que as Prefeituras destes municípios apresentaram iniciativas e propostas para minorar o problema habitacional.

As ações propostas de intervenções ora apresentadas representam as prioridades na linha de financiamento de materiais de construção, implantação de lotes urbanizados, urbanização de assentamentos subnormais, regularização de ocupações e loteamentos clandestinos, sempre em perfeita sintonia e articulação com as prefeituras municipais.

Os recursos previstos e detalhados no corpo deste Plano implicam no total de 2.002.047 OTN's, perfazendo em agosto de 1987 valores de ordem de Cz\$ 756.113.000,00 (setecentos e cinquenta e seis milhões e cento e treze mil cruzados), atingindo o total de 6.112 unidades habitacionais, beneficiando imediatamente 30.560 capixabas, correspondendo a um atendimento de 30% (trinta por cento) da demanda registrada.

Do total dos valores financeiros previstos neste plano emergencial cerca de 60% (sessenta por cento) ou seja 1.201.228 OTN's correspondente em 08/87 a Cz\$ 453.668.000,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e sessenta e oito mil cruzados), deverá ser negociado o financiamento junto à Caixa Econômica Federal de acordo com as normas do sistema Financiamento de Habitação.

Os restantes dos recursos deverão ser negociados e financiados junto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano - MDU e à Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC/PR, correspondendo ao valor de Cz\$ 302.445.000,00 (trezentos e dois milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzados), no total de 800.819 OTN's.

A viabilização deste plano também poderá ocorrer com dotações de verbas orçamentárias a serem alocadas ao Fundo Estadual de Moradia (FUNDES-Subconta Moradia).

O Governo do Estado ao concluir este 1º Plano Emergencial de Habitação tem claro que está contribuindo para uma nova política social, que requer a participação e a descentralização, privilegia o município e o fortalecimento do poder local.

Aguardamos que sobretudo as autoridades federais possam contribuir com o Governo do Espírito Santo, neste esforço coletivo para melhorar as condições de vida do povo capixaba.

O Governo Max Mauro estabeleceu como uma das prioridades para atuação na área social, a habitação, face aos graves problemas existentes, gerados, principalmente pelos baixos níveis de renda de grande parcela da população, bem como, pela ineficiência de atuação do SFH que tornaram inviáveis a aquisição da moradia por este sistema oficial.

Com o objetivo de elaborar uma Política Habitacional para o Estado, capaz de oferecer alternativas e soluções para minimizar o problema de moradia da população de baixa renda, o Governo criou o Fundo Estadual de Moradia - tendo o BANDES como Agente Financeiro e um Grupo de Trabalho de Habitação sob coordenação da Secretaria do Interior (SEIN) e Coordenação Estadual do Planejamento (COPLAN), tendo ainda, como integrantes, representantes da Companhia Habitacional do Espírito Santo (COHAB-ES), do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), da Secretaria de Ação Social (SEAS) da Casa Civil (Casa dos Prefeitos).

Foi definido como primeira atuação do Grupo de Trabalho de Habitação, a elaboração do Plano Emergencial para o primeiro ano de Governo, e posteriormente, estabelecer a política para os três anos seguintes.

Para cumprir tal finalidade, foram estabelecidos alguns critérios para definição da escolha dos municípios a serem priorizados na alocação de recursos pelo Plano Emergencial, baseados nos estudos feitos anteriormente pelo IJSN, e nas demandas das prefeituras encaminhadas através de ofícios, à COHAB-ES, à SEAS e à Casa dos Prefeitos. Estes critérios foram: a interiorização da ação, a existência de terrenos públicos municipais disponíveis para implantação de conjunto habitacional, e a situação sócio-econômica do município.

Desse modo, foram pré-selecionados 24 municípios a serem visitados pelo Grupo de Trabalho de Habitação, com a finalidade de averiguar e levantar informações junto às prefeituras, referente a disponibilidade dos terrenos existentes ou terrenos em vias de serem adquiridos, as demandas constatadas e o interesse e contribuição das prefeituras na implantação dos projetos habitacionais.

Durante o período compreendido entre os dias 13 a 17/07/87, a equipe técnica percorreu em viagem de trabalho os 24 (vinte e quatro) municípios pré-selecionados, perfazendo uma cobertura de 25.033km², correspondente a cerca de 55% da área total do Estado, dos quais cerca de 8 (oito) municípios localizam-se na região sul e 16 (dezesesseis) no norte do Estado.

O maior número de municípios no Norte do Estado ocorre porque é nesta região que as transformações ocorridas na estrutura econômica, nas relações de produção no campo com alta concentração da propriedade fundiária, agravaram os problemas sociais e conseqüentemente o déficit habitacional.

Os contatos técnicos foram feitos diretamente com os Chefes dos Executivos Municipais e Secretários, obedecendo a um roteiro de entrevista anteriormente traçado pela equipe, constituindo anexo do presente trabalho.

Concluídas as visitas a equipe técnica reuniu-se por diversas vezes, para à luz dos critérios anteriormente estabelecidos e conforme as diretrizes traçadas junto a SEIN e COPLAN, definir as diversas formas de intervenção cabíveis a partir da leitura crítica da realidade proporcionada pela visita técnica.

A consolidação desta leitura crítica se processou através de um modelo uniformizado de relatório que permitiu um tratamento homogêneo nos diversos aspectos levantados pela visita a Campo.

Anexa-se também a este trabalho, o relatório uniformizado dos municípios, os quadros diagnósticos dos municípios referentes aos terrenos e as propostas técnicas de contribuições do Estado e das Prefeituras.

Nos 24 (vinte e quatro) municípios visitados pode-se comprovar de fato as demandas registradas e quase sempre em níveis superiores ao anteriormente identificado, o que evidenciou o agravamento da problemática habitacional.

As áreas disponíveis de propriedade municipal foram todas comprovadas, com acréscimo substancial às áreas conhecidas, denotando o vivo interesse dos prefeitos municipais em intervir na construção de moradias para população carente. Este interesse dos executivos municipais foi comprovado também pela predisposição de várias administrações em participar na produção da habitação e/ou na melhoria da urbanização.

Após as discussões técnicas realizadas pelo GTH/ES em cima dos aspectos e informações observadas, a equipe técnica buscou estabelecer critérios para a priorização dos municípios visitados, visando dar uma ordem crescente de importância e necessidade de cada município. Assim, mesmo entre os 24 municípios escolhidos, existem aqueles cuja intervenção seja mais imediata e urgente.

Analisando os diversos aspectos envolvidos, chegou-se ao Consenso de que os elementos qualitativos que priorizariam os municípios contemplados, seriam os seguintes:

1. IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO

Dados os diversos níveis de desenvolvimento sócio econômico dos municípios e considerando as modificações ocorridas na estrutura produtiva nas diversas regiões do Estado, estabeleceu-se que o município mais carente neste critério, seria o município de intervenção mais mediata.

Assim este critério foi pontuado com peso variável de 0 a 5 pontos.

2. TERRENO PÚBLICO MUNICIPAL

O custo do terreno é um elemento importantíssimo a ser considerado em qualquer projeto habitacional. Partindo do princípio de que o Estado tem escassez de recursos e não possui, no momento, verbas disponíveis

para aquisição de terrenos, a equipe técnica considerou que aqueles municípios que já tem terrenos municipais, livres, registrados e praticamente disponíveis para projetos habitacionais, seriam os municípios para intervenção imediata.

Assim este critério foi pontuado com peso variável de pontos de 0 a 4.

3. CONTRAPARTIDA MUNICIPAL

A contribuição do município na execução do projeto habitacional, no entendimento do GTH/ES passou a ser um elemento considerável, em que pese o fato da escassez de recursos próprios municipais dada a concentração tributária em mãos do Governo Federal. Mesmo com este senão, a equipe técnica considerou que aqueles municípios nos quais o Prefeito Municipal assegurou e informou que daria a sua contrapartida, seja em assumir parte da infra-estrutura urbana, produção de material de construção em fábrica própria (blocos, manilhas, blokerts, etc), fornecimento de mão de obras, equipamentos e máquinas de pequeno porte, transportes, ajuda financeira em alojamento e diárias de equipes técnicas, etc, etc, etc..

Teriam necessariamente em peso substancial na definição do atendimento emergencial, do que aqueles municípios em que o Prefeito não mostrou interesse ou não se dispôs a assumir a contrapartida no projeto.

Como o terreno já é uma contribuição importante e a contrapartida municipal em outros itens também é em elemento considerável, estabeleceu-se para este item o mesmo peso do anterior, ou seja variação pontual de 0 a 4 pontos.

4. FASE DO PROJETO

Em muitos Municípios dos 24 (vinte e quatro) visitados, a equipe técnica pode constatar o interesse imediato dos executivos municipais, independente da ação do Governo Estadual.

Diversos Prefeitos já tinham registrados etapas vencidas de um projeto habitacional tais como: partido urbanístico pronto, cadastramento dos beneficiários finais, projetos já encaminhados ao MDU e/ou CEF, orçamentos de unidades habitacionais prontos, terraplenagem dos terrenos realizados, etc...

Desta forma avaliou-se que municípios com iniciativas deste porte já bem encaminhados teriam também seu peso avaliado na definição da ordem prioritária de atendimento.

Assim tais municípios seriam pontuados numa escala variável de 0 a 3.

A Relação dos Municípios classificados segundo estes itens, acima explicitados, é parte do presente trabalho e a razão da sua pontuação poderá ser conferida nos relatórios técnicos das visitas aos municípios.

5. RELATÓRIOS TÉCNICOS DAS VISITAS AOS MUNICÍPIOS

Proporcionam uma visão sintética da realidade dos municípios selecionados e constituem um dos anexos principais do presente trabalho e sua leitura, um complemento necessário para o melhor atendimento das propostas aqui apresentadas.

Finalizando a descrição metodológica do presente Plano Emergencial de Habitação, apresenta-se a relação dos municípios visitados, suas respectivas áreas e a localização na divisão regional do Espírito Santo.

Contudo o presente trabalho deverá ser complementado com um levantamento analítico, abrangendo os demais municípios não visitados, assim como, dar um tratamento diferenciado aos municípios de Colatina, Cachoeiro do Itapemirim, Linhares, Guarapari, pelas suas características particulares e nível de desenvolvimento urbano e sócio-econômico, como cidades de porte-médio. A região metropolitana da Grande Vitória, hoje existente de fato porém sem regulamentação de direito, deverá ter também uma intervenção especial do Governo do Estado.

CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
POR ORDEM DE PRIORIDADES

CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR ORDEM DE PRIORIDADES

MUNICÍPIOS	IMPACTO SÓCIO-ECO NÔMICO (PESO 0 A 5)	TERRENO PÚBLICO MUNICIPAL (PESO 0 A 4)	CONTRA PARTIDA MUNICIPAL (PESO 0 A 4)	FASE DO PROJETO (PESO 0 A 3)	TOTAL
1-Aracruz	5	4	4	3	16
2-Baixo Guandu	4	4	4	3	15
3-Boa Esperança	4	4	4	3	15
4-S.G.Palha	4	4	4	3	15
5-Pedro Canário	4	4	4	3	15
6-Guaçui	4	4	4	2	14
7-São Mateus	5	4	4	1	14
8-Muqui	3	4	4	2	13
9-Conceição da Barra	4	4	4	1	13
10-Ibiraçu	4	4	3	2	13
11-Fundão	3	4	4	2	13
12 Nova Venécia	5	2	4	1	12
13 C. de Itapemirim	5	0	4	3	12
14 C. do Castelo	1	4	4	3	12
15 Iúna	3	4	4	1	12
16 Muniz Freire	3	4	4	1	12
17 Montanha	3	4	3	1	11
18 Mucurici	3	4	3	1	11
19 S.J. do Calçado	2	4	4	0	10
20 Pancas	3	0	4	2	09
21 Jaguaré	4	0	4	1	09
22 Atílio Vivacqua	2	4	2	1	09
23 Colatina	5	0	0	0	05
24 Linhares	5	0	0	0	05

RELAÇÃO E MAPA DOS MUNICÍPIOS VISITADOS

ÁREA TERRITORIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

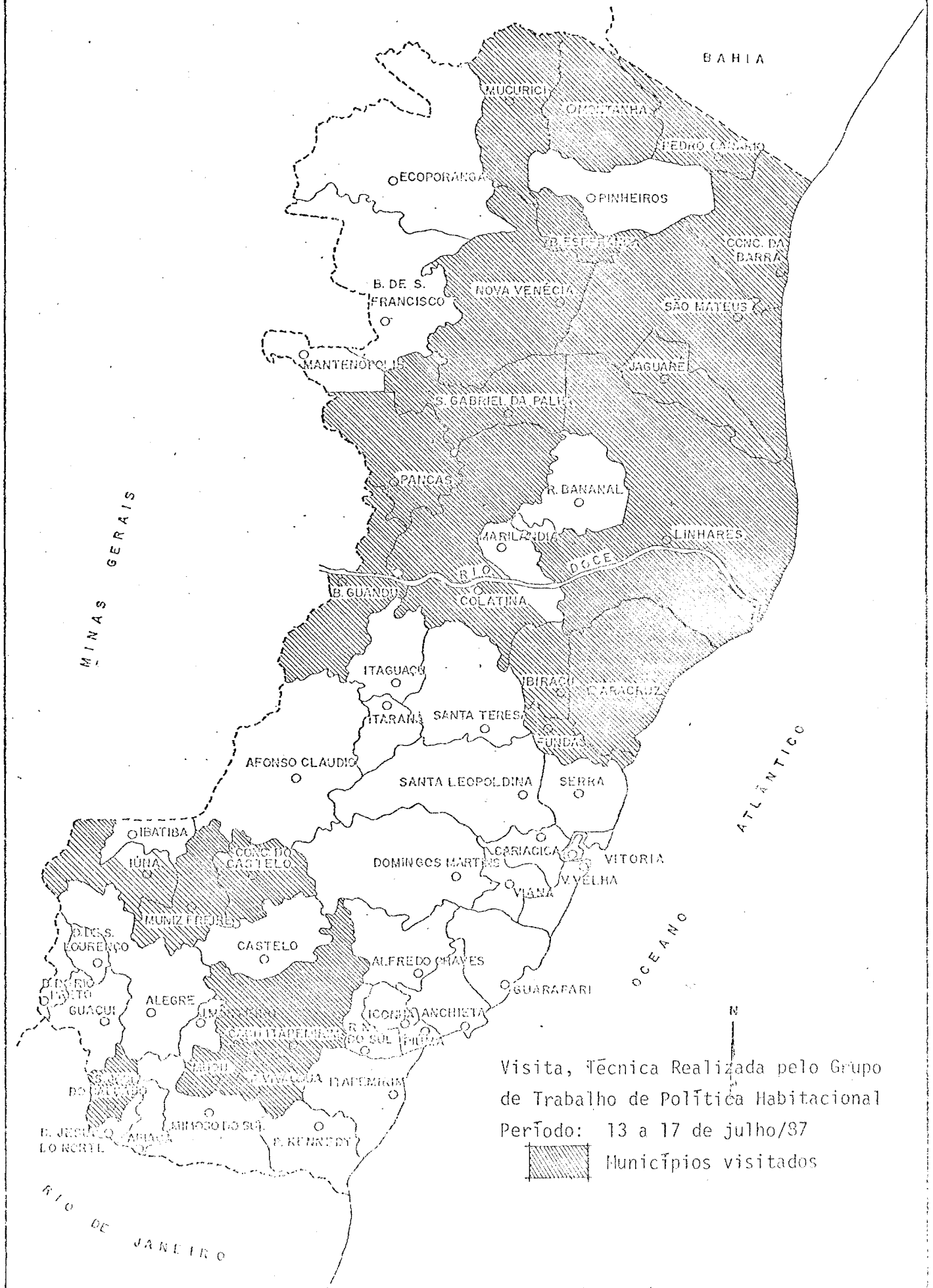
. Área Total : 45.597km²
. Área Visitada: 25.033km²

MUNICÍPIOS DO NORTE


ÁREA TERRITORIAL - KM²

01 - Aracruz	1.398
02 - Baixo Guandu	926
03 - Boa Esperança	344
04 - Colatina	2.215
05 - Conceição da Barra	1.406
06 - Fundão	270
07 - Ibirapu	511
08 - Jaguaré	678
09 - Linhares	4.028
10 - Montanha	439
11 - Mucurici	1.138
12 - Nova Venécia	1.917
13 - Pancas	920
14 - Pedro Canário	577
15 - São Gabriel da Palha	1.326
16 - São Mateus	2.399
TOTAL	20.492

MUNICÍPIOS DO SUL	ÁREA TERRITORIAL - KM ²
01 - Atílio Vivacqua	227
02 - Cachoeiro de Itapemirim	1.304
03 - Conceição do Castelo	611
04 - Guaçu	456
05 - Iuna	652
06 - Muniz Freire	646
07 - Muqui	317
08 - São José do Calçado	278
TOTAL	4.541



Visita, Técnica Realizada pelo Grupo de Trabalho de Política Habitacional
 Período: 13 a 17 de julho/87

 Municípios visitados

PROPOSTA DE ATUAÇÃO PARA O PLANO
EMERGENCIAL DE HABITAÇÃO

Através das informações obtidas, foi possível traçar a especificidade dos Projetos em cada Município relacionados abaixo, bem como, estimativa de custos, em anexo.

I. IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL

- . Faixa de Renda: 0 a 2 Salários Mínimos;
- . Regime de Mutirão e Auto Construção;
- . Terreno Público Municipal;
- . Recursos obtidos das Prefeituras Municipais, e do Governo Estadual ou Federal;
- . Tipologia da Casa: Tipo Embrião, 22m²
- . Discriminação dos municípios e nº de habitações a serem construídas, em ordem de prioridade.

Aracruz	- 490 unidades
Pedro Canário	- 200 unidades
Boa Esperança	- 80 unidades
São Mateus	- 125 unidades
Guaçuí	- 83 unidades
Conceição da Barra	- 286 unidades
Fundão	- 50 unidades
Ibiraçu	- 77 unidades
Muqui	- 40 unidades
Muniz Freire	- 20 unidades
Nova Venécia	- 210 unidades
Montanha	- 220 unidades
Mucurici	- 88 unidades
São José do Calçado	- 50 unidades
Atílio Vivácqua	- 20 unidades
TOTAL:	2.039 unidades

2. CONJUNTOS HABITACIONAIS EM FASE FINAL DE APROVAÇÃO NA CEF e MDU

. Discriminação dos municípios e nº de habitações:

Aracruz	- 658 unidades (CEF)
Baixo Guandú	- 247 unidades (CEF e MDU) *
Conceição da Barra	- 78 unidades (CEF)
São Gabriel da Palha	- 50 unidades (MDU)
São Mateus	- 150 unidades (CEF)
TOTAL:	1.183 unidades

* O Município de Baixo Guandú será beneficiado com recursos do Governo Estadual da ordem de 20 mil cruzados por unidade, para complementação de verbas do MDU destinadas a viabilizar a construção das 94 habitações propostas.

** Cabe à equipe a responsabilidade, perante aos Prefeitos, de agilizar os processos encaminhados pelas Prefeituras, e que estão em fase final de aprovação, junto à CEF, MDU e SEAC.

3. FINANCIAMENTOS INDIVIDUAIS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MELHORIA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CASAS.

. Recursos: Governo Estadual ou Federal

. Discriminação dos municípios e nº de habitações:

IÚNA	- 60 unidades
Jaguaré	- 300 unidades
Boa Esperança	- 150 unidades
Cachoeiro	- 300 unidades
Pancas	- 300 unidades
TOTAL:	1.110 unidades

4. URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES

- . Recursos: Governo Estadual ou Federal
- . Discriminação dos municípios e nº de lotes

Jaguare	-	300 unidades
Pancas	-	300 unidades
Cachoeiro	-	800 unidades
São Mateus	-	280 unidades
Pedro Canário	-	300 unidades
TOTAL:		1.980 unidades

5. AQUISIÇÃO DE ÁREAS

- . Recursos: Prefeituras Municipais, Governo Estadual ou Federal
- . Discriminação dos municípios e nº de lotes:

São Gabriel da Palha	-	200 unidades
Nova Venécia	-	200 unidades
Ibiraçu	-	300 unidades
TOTAL:		700 unidades

6. LEGALIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM LOTEAMENTO CLANDESTINO E NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS.

- . Recursos: Prefeituras Municipais e Governo Estadual
- . Discriminação do município e nº de lotes:

Nova Venécia - 3.065 unidades.

PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADOS PARA
ATUAÇÃO NO PLANO EMERGENCIAL DE HABITAÇÃO

1. IMPLANTAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS - 0 a 2 S.M -
RECURSOS GEES/MUTIRÃO SEAC/PM (POR ORDEM DE PRIORIDADE)

MUNICÍPIO	Nº UNIDADES HABITACIONAIS	VALOR INFRAESTRUTURA (OTN)	VALOR UNIDADES HABITACIONAIS (OTN)	VALOR TOTAL (OTN)
1. ARACRUZ				
1.1 Vila do Riacho	250	35.000	46.500	81.500
1.2 Guarana	120	16.800	22.320	39.120
1.3 Santa Cruz	120	16.800	22.320	39.120
2. PEDRO CANÁRIO				
2.1 Vila Camata	200	22.000	37.200	59.200
3. Boa Esperança				
3.1 Sobradinho	80	11.200	14.880	26.080
4. SÃO MATEUS				
4.1 Forno Velho	50	7.000	9.300	16.300
4.2 Área B	75	10.500	13.950	24.450
5. GUAÇUI				
5.1 Balança	23	3.220	4.278	7.498
5.2 Antonio Moreira	60	8.400	11.160	19.560
6. CONCEIÇÃO DA BARRA				
6.1 Santana	286	40.040	53.196	93.236
7. FUNDÃO				
7.1 Área do Ginásio	50	7.000	9.300	16.300
8. IBIRAÇU				
8.1 Área na sede	77	10.780	14.322	25.102
9. MUQUI				
9.1 Área A	40	5.600	7.440	13.040
10. MUNIZ FREIRE				
10.1 Assunção	20	2.800	3.720	6.520

Continuação...

MUNICÍPIO	Nº UNIDADES HABITACIONAIS	VALOR INFRAESTRUTURA (OTN)	VALOR UNIDADES HABITACIONAIS (OTN)	VALOR TOTAL (OTN)
11. NOVA VENÉCIA				
11.1 Afonso Cremasso	210	29.400	39.060	68.460
12. MONTANHA				
12.1 Vinhático	220	30.800	40.920	71.720
13. MUCURICI				
13.1 Ponto Belo	88	12.320	16.368	28.688
14. SÃO JOSÉ DO CALÇADO				
14.1 Área na sede	50	7.000	9.300	16.300
15. ATÍLIO VIVÁQUA				
15.1 Área na sede	20	2.800	3.720	6.520
TOTAL	2.039	279.460	379.254	658.714

OBSERVAÇÕES:

- . O custo de terraplenagem, água e esgoto foi calculado com base em 30 OTN's/Unid. cada e o custo drenagem/pavimentação em 50 OTN's/Unid.
- . O percentual da energia está inserido no custo da unidade habitacional que foi orçada em 186 OTN's/Unid., considerando um embrião de 22m² e construído em regime de mutirão ou autoconstrução.
- . O valor total para construção dos conjuntos habitacionais com 2.039 unidades é de 658.714 OTN's que corresponde ao montante de Cz\$ 248.770.000,00
- . Todos estes municípios já dispõem de terrenos públicos municipais, sem ônus para o projeto habitacional.

2. CONJUNTOS HABITACIONAIS EM FASE FINAL DE APROVAÇÃO NA CEF OU MDU

MUNICÍPIO	Nº UNIDAS HABITACIONAIS	CUSTO INFRAESTRUTURA (OTN)	CUSTO HABITACIONAL (OTN)	VALOR TOTAL (OTN)	FONTE DE RECURSOS
1. Aracruz	658	48.234	488.165	536.399	CEF
2. Baixo Guandu	153	-	43.745	43.745	CEF
3. Baixo Guandu	94	5.399	7.426	12.825	MDU
4. Conceição do Castelo	50	1.706	23.062	24.768	CEF
5. São Mateus	150	31.143	71.615	102.758	CEF
6. São Gabriel da Palha	50	9.850	3.950	13.800	MDU
TOTAIS	1.183	96.332	637.964	734.297	

- . Custo orçado pela COHAB
- . Valor médio das habitações: 661 OTN's
- . Terrenos já adquiridos ou doados

3. complementação de + 20.000,00 por unidade

3. FINANCIAMENTO INDIVIDUAIS DE MATERIAL PARA MELHORIA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS CASAS

MUNICÍPIO	Nº UNIDADES HABITACIONAIS	INFRA ESTRUTURA (OTN)	HABITAÇÃO (OTN)	VALOR TOTAL (OTN)
1. Iuna	60	-	11.160	11.160
2. Jaguaré	300	24.000	55.800	79.800
3. Boa Esperança	150	-	27.900	27.900
4. Cachoeiro de Itapemirim	300	24.000	55.800	79.800
5. Pancas	300	24.000	55.800	79.800
TOTAL	1.110	72.000	206.460	278.460

OBSERVAÇÃO:

- O custo considerado para cálculo de financiamento de material foi baseado na construção de uma casa de 25m² que está orçada em 186 OTN's/ unidades que alcança o valor de Cz\$ 70.000 a unidade.

• Verificar quadro de compatibilização (do FICAM)

4. URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES*

MUNICÍPIO**	NÚMERO DE LOTES	VALOR TOTAL (OTN)
1. Cachoeiro de Itapemirim	500	40.000
2. São Mateus	280	22.400
3. Pedro Canário	300	24.000
TOTAL	1.080	86.400

OBSERVAÇÃO:

*O valor considerado para urbanização de assentamentos irregulares é de 80 OTN's/unidades correspondendo ao montante de Cz\$ 32.630.688,00

**Habitacões já existentes, porém carentes de infra-estrutura, com terrenos individualizados.

5. AQUISIÇÃO DE ÁREAS

MUNICÍPIO	Nº DE LOTES	ÁREA APROXIMADA	INFRA ESTRUTURA (OTN)	HABITAÇÃO (OTN)	VALOR TERRENO (OTN)	VALOR TOTAL (OTN)
1. São Gabriel da Palha	200	97.200m ²	17.600	37.200	15.887	70.687
2. Nova Venécia	200	100.000m ²	17.600	37.200	17.890	72.690
3. Ibirajú	300	150.000m ²	24.000	55.800	24.000	100.800
TOTAL	700	347.200m²	59.200	130.200	54.777	244.177

OBSERVAÇÃO:

- . O valor total para aquisição de áreas é de Cz\$ 20.687.630,00, em julho de 1987.
- . O custo de infra-estrutura e habitação aqui estimado, corresponde a uma previsão de investimentos em caso do Governo do Estado definir-se pela alternativa de compra de terrenos.

6. LEGALIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS

MUNICÍPIO	NÚMERO DE LOTES
. Nova Venécia	3.065

OBSERVAÇÃO: Esta intervenção não foi orçado o custo, porque a princípio implica apenas a assessoria técnica ao município, a ser prestada pela COPLAN.

7. QUADRO RESUMO DE INTERVENÇÕES (EM OTN)

AQUISIÇÕES ÁREAS	INFRA ESTRUTURA URBANA	HABITAÇÕES	TOTAL
54.777	593.392	1.353.878	2.002.047

OBSERVAÇÃO: Este quadro resume as intervenções propostas pelo Grupo de Trabalho Habitação, que permite ao Governo do Estado definir os diversos tipos de intervenção.

8. QUADRO CONSOLIDADO DE VALORES

INTERVENÇÕES	Nº DE UNIDADES	VALOR TOTAL (OTN)
1. Conjuntos Habitacionais 0-2 SM.	2.039	658.714
2. Conjuntos Habitacionais - COHAB-ES	1.183	734.296
3. Financiamentos Individuais	1.110	278.460
4. Urbanização	1.080	86.400
5. Aquisição de Áreas	700	244.177
TOTAIS	6.112	2.002.047

9.

PROGRAMA FICAM

(Financiamento da construção, aquisição e melhorias da casa própria). A COHAB-ES possui um contrato de 500 créditos de financiamentos individuais com a CEF para serem distribuídos entre os Municípios do Estado a partir do presente mês.

Nossos quadros apresentam uma demanda de 1.110 unidades (quadro 3) de financiamentos individuais somente em cinco municípios. Somos de parecer que seria fora de propósito concentrar apenas nesses Municípios os 500 créditos. A COHAB-ES aguarda orientação do Estado, pois a procura que vem recebendo ultrapassa em muito os créditos disponíveis. Também é de informação da COHAB-ES a existência de demanda cadastrada para o FICAM nos seguintes municípios do interior, além dos já incluídos nesse trabalho.

Alegre: 30 unidades
Ecoporanga: 20 unidades
Mimoso do Sul: 70 unidades

A COHAB-ES está formulando proposta junto a CEF para outros 1.500 créditos mantendo as condições do presente contrato.

CRITÉRIOS ADOTADOS PELO GTH-ES

Estes quadros, no total de 9 (nove) anteriormente apresentados, consolidam as propostas elaboradas pelo GTH-ES no plano habitacional, para o primeiro ano de Governo. Para chegarmos a estas definições estabelecemos critérios e diretrizes que resumidamente expressam:

1. INTERIORIZAÇÃO

Os motivos já conhecidos da necessidade de fixação do homem no campo, e a de proporcionar habitações no interior antes que nos grandes centros urbanos, já que 80% dos investimentos habitacionais até hoje contraídos estão na Grande Vitória, podem pelos quadros aqui mostrados, serem somados ao argumento de que com poucos recursos conseguir-se-á produzir muitas unidades quando comparados aos dos centros urbanos de grande porte.

2. POPULAÇÃO BAIXA RENDA

Conforme Expresso no Plano de Ação do Governo, o atendimento aos estratos populacionais na faixa de 0 a 3 SM, busca resgatar a enorme dívida social com a população brasileira, marginalizada dos frutos do desenvolvimento sócio-econômico.

A prioridade nas linhas de financiamento como FICAM, para materiais de construção objetiva a realização de projetos habitacionais como os lotes urbanizados, tendo preferencialmente como agentes promotores as Prefeituras Municipais, favorecendo sempre que possível a auto construção e os mutirões, com a participação direta dos beneficiários finais.

3. EVITAR A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA COM RECURSOS PÚBLICOS

Por se tratar de imóveis subsidiados com recursos a fundo perdido, ou com juros subsidiados ou com dotação de infra-estrutura e sem custos do terreno para o tomador final, o GTH/ES recomenda que se especialize os critérios seletivos de contemplação dos necessitados e que se restrinja os imóveis à concessão de uso por prazo determinado.

CONCLUSÃO

O presente Plano Emergencial de Habitação para o primeiro ano do Governo Max Mauro representa a concretização de uma das prioridades sociais do Governo do Espírito Santo.

A concretização deste plano estará vinculada necessariamente à ação do Poder Público Municipal, viabilizando na prática a descentralização da administração com o fortalecimento político-administrativo do poder local.

As contribuições e a participação do Governo do Estado na viabilização do presente Plano abrangerá diversos níveis, a serem discutidos e negociados sob o aspecto técnico e político com os prefeitos municipais.

Assim entende-se que as principais medidas a serem cumpridas pelo Governo do Estado, contemplarão as seguintes diretrizes:

1) - *Cooperação Técnica*

As Prefeituras Municipais na sua totalidade não dispõem de equipes técnicas especializadas e capacitadas para elaboração das diversas fases requeridas por um projeto habitacional, tais como: partido urbanístico, projeto de saneamento básico e infra-estrutura, projeto das casas, os orçamentos, a tecnologia de construção, a mobilização da comunidade, etc.

Dessa forma, a SEIN e a COPLAN deverão propor as intervenções necessárias em cada projeto e contando com a participação de órgãos técnicos governamentais como a COHAB-ES, o Instituto Jones dos Santos Neves, a CESAN, a Secretaria de Estado da Ação Social - SEAS, etc.

Esta cooperação e apoio técnico poderá vir a ser viabilizado mediante convênios Estado/municípios, para aqueles municípios que demandarem apenas a assistência técnica nos projetos que serão executados.

2) - Apoio a Investimentos de Infra-Estrutura

Considerando-se que a infra-estrutura em diversas localidades nos municípios ora selecionados, é praticamente inexistente ou então bastante deficiente, conforme pode-se verificar nos anexos 4 e 5 do presente trabalho;

Considerando ainda que dada a concentração de recursos no Governo Federal nos últimos 20 anos, os municípios não têm recursos próprios para tais investimentos, o Governo do Estado deverá priorizar o apoio a tais obras de infra-estrutura urbana, nos conjuntos habitacionais a serem implantados dentro do presente plano e/ou nos lotes urbanizados conforme for a definição do projeto habitacional apresentado pela Prefeitura.

Os recursos ora existentes no Fundo Estadual de Moradia, embora escassos para cobrir todas as necessidades de investimentos, poderão ser alocados para este tipo de medida.

3) - Apoio e Agilização do Governo do Estado às Prefeituras Municipais para captação de Recursos/Financiamentos de Moradias

Como vários prefeitos municipais, exercitando o salutar direito de reivindicar recursos ao Governo Federal, nem sempre tem obtido êxitos nos seus empreendimentos, o Governo do Estado sente-se na obrigação de prestar apoio técnico e político as prefeituras municipais, visando viabilizar os recursos solicitados.

Prova desta medida do Governo são os ofícios encaminhados junto com o presente plano ao Ministério do Desenvolvimento Urbano-MDU, à Secretaria Especial de Ação Comunitária-SEAC e à Caixa Econômica Federal-CEF, acompanhados dos quadros das solicitações já encaminhadas pelas Prefeituras.

Doravante pretende o Governo do Estado ser o interveniente direto junto ao Governo Federal dos pleitos municipais, o que poderá ser viabilizado via Convênio direto com os municípios e o Governo Federal.

Além destes aspectos, o Governo do Estado através da SEIN e da COPLAN, pretenderá também direcionar as intervenções nos municípios buscando qualificar algumas medidas junto com as prefeituras, tais como:

- a) - Definir com precisão os critérios de seleção dos beneficiários finais dos projetos.
- b) - Estabelecer a gravação dos terrenos, condicionando a sua utilização por prazo determinado e aperfeiçoando investimentos como o contrato de concessão de uso e/ou Comodato, visando deter processos especulativos urbanos com recursos públicos.
- c) - Envolver sempre a participação direta da comunidade, buscando aperfeiçoar os métodos construtivos com as contribuições dos moradores desde a fase de definição do projeto até a execução das casas.

Conforme Plano de Ação do Governo do Estado do Espírito Santo, para o 1º ano de Governo a primazia do social nas ações governamentais significam o propósito de subordinar os instrumentos de políticas públicas ao ^{objetivo} propósito de conferir cidadania ao maior número de cidadãos, ampliando os mecanismos de redistribuição da renda e amenizar emergencialmente as situações limites dos estratos populacionais mais carentes.

Este Plano Emergencial de Habitação representa uma primeira aproximação na realização dessa meta. Esperamos que as suas realizações não frustrem as expectativas do povo capixaba.

Grupo de Trabalho Habitação/GEES
Agosto/1987.

ANEXOS

ANEXO 1
QUESTIONÁRIO SOBRE PROGRAMAS HABITACIONAIS
NOS MUNICÍPIOS

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GRUPO MORADIA

QUESTIONÁRIO SOBRE PROGRAMAS HABITACIONAIS NOS MUNICÍPIOS

1. Área para Implantação do Projeto

- a. Disponibilidade - Propriedade, legalização situação cartorária
- b. Metragem (dimensões, m²)
- c. Acessos
- d. Localização
- e. Topologia

2. Unidades a Construir

- a. Quantidade
- b. Tipologia das habitações (área, número de cômodos)
- c. Modalidade de construção (alvenaria, pré-moldados, mutirão etc)

3. Demanda

- a. Demanda a ser atendida em relação à demanda total
- b. Faixa de renda

4. Contribuição da Prefeitura Municipal

- a. Doação de área
- b. Terraplenagem
- c. Drenagem e pavimentação
- d. Esgotamento sanitário
- e. Energia elétrica - iluminação pública
- f. Água
- g. Outras contribuições - Projeto, execução da obra, mão-de-obra, materiais

5. Fontes de Recursos

- a. CEF - Programa
- b. MDU
- c. SEAG
- d. Recurso próprio do município
- e. Outros recursos

6. Equipamentos Comunitários

- a. Escolas
- b. Creches
- c. Posto de Saúde
- d. Centro Comunitário
- e. Biblioteca Comunitária
- f. Outros equipamentos

7. Cronograma

ANEXO 2

ROTEIRO BÁSICO DOS RELATÓRIOS UNIFORMIZADOS

ROTEIRO BÁSICO PARA RELATÓRIO UNIFORMIZADO

MUNICÍPIO

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

1.1 Disponibilidade (legalização, situação jurídica)

1.2 Área do terreno

- . Número de lotes
- . Tamanho médio

1.3 Ocupação do terreno

- . Percentual de ocupação
- . Situação de doação/venda
- . Número de lotes ainda disponíveis

1.4 Acesso do terreno

1.5 Topologia do terreno

1.6 Localização do terreno

- . No perímetro urbano
- . Distância da sede
- . Possibilidade implantação de infra-estrutura básica

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

- . Área
- . Localização
- . Proprietário
- . Acessos

- . Impedimento
- . Custo aproximado
- . Disponibilidade para infra-estrutura
- . Utilização (número de lotes e área)

3. DEMANDA DO PREFEITO

3.1 Interesse direto da Prefeitura

3.2 Demandas que a Prefeitura recebe

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Tipo de intervenção
- . Localidade
- . Participação da Prefeitura
- . População a ser atendida

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

ANEXO 3

RELATÓRIO TÉCNICO DE VISITAS AOS

MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS

ARACRUZ

1. ÁREAS DE PROPRIÉDADE MUNICIPAL

1.1 VILA DO RIACHO

- . Capacidade para 250 lotes, todos disponíveis com 360m² de área média;
- . Acesso bom;
- . Terreno plano;
- . Localiza-se próximo ao centro urbano do distrito;
- . Infra-estrutura existente nas proximidades.

1.2 GUARANÁ

- . Capacidade para 120 lotes, todos disponíveis com 300m² de área média;
- . Acesso bom;
- . Terreno plano;
- . Localiza-se a 33Km da sede municipal;
- . Infra-estrutura existente nas proximidades.

1.3 SANTA CRUZ

- . Capacidade para 120 lotes, todos disponíveis;
- . Com 330m² de área média;
- . Acesso bom;
- . Terreno plano;
- . Próximo a área urbana.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

A Prefeitura possui reserva suficiente de áreas para atender até 2.000 unidades.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . Construção de 490 unidades habitacionais para atender a população de 0 a 2 SM;
- . A construção de 650 unidades habitacionais pela COHAB-ES;
- . Construção de 2.000 unidades habitacionais para população de baixa renda.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Contribuição do Estado na orientação e execução dos projetos;
- . A Prefeitura participará com a doação dos terrenos, terraplenagem e infra-estrutura;
- . Atender a uma população de 3.190 famílias.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Projetos dos conjuntos Padre Baheur, Morada do Sahy e Sauaçu, com
preendendô 658 unidades elaborados pela COHAB e em análise na
CEF.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

A Prefeitura executará toda infra-estrutura. Existe a possibilidade de implantação de sistema de mutirão, através de comunidades organizadas já existentes.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . Carência habitacional decorrente de mudanças ocorridas nesta região em função de grandes investimentos (Aracruz, Celulose e Florestal).

- . Surgimento de mão-de-obra volante, concentração fundiária;
- . Surgimento de 20 assentamentos de até 02 SM, com 2.079 famílias;
- . Carência de luz, água e esgoto.

ATÍLIO VIVACQUA

II - ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

1.1 *ÁREA A - SEDE*

- . A área está disponível e regularizada
- . A área tem aproximadamente 15.000,0m² para 50 (cinquenta) lotes de 100m².
- . O terreno está totalmente disponível e a Prefeitura se dispõe a doar os lotes
- . A área é de fácil acesso, mas necessitando de pequenos serviços de acertos (cortes, terraplenagem)
- . Terreno parcialmente acidentado
- . A área está situada no perímetro urbano da sede do município, com boas condições de implantação de infraestrutura básica.

1.2 *ÁREA B - SEDE*

- . Área disponível e regularizada
- . A área tem aproximadamente 4.000,0m² para 20 lotes, com 100,0m² cada

- . O terreno está totalmente disponível e a Prefeitura se dispõe a doar os lotes.
- . A área tem fácil acesso, não necessitando de grandes reparos.
- . Terreno praticamente plano
- . A área está localizada no perímetro urbano da sede do município, com ótimas condições de implantação de infraestrutura básica.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

A Prefeitura não tem perspectiva a médio prazo de adquirir mais nenhuma área.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . A Prefeitura possui mais uma área de aproximadamente 5.000,0m² onde pretende preparar mais 20 lotes.
- . O Prefeito acha que conseguindo preparar 70 lotes e mais 20 lotes, o problema do município ficará quase resolvido no que se refere à habitação.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

O Governo do Estado poderá contribuir na execução dos projetos de infraestrutura, construção de uma Creche, para atendimento as famílias que utilizarão estes lotes.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Não existe nenhum projeto na área habitacional encaminhado a qual quer órgão público.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

A Prefeitura não tem recursos para participar nos projetos.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

A situação sócio-econômica é baseada na produção de café e pecuária leiteira como principais produtos, a sede do município é parcialmente pavimentada, tendo muitos problemas de *vermonoses* no interior, devido o abastecimento de água, sendo considerado o município de maior incidência de doenças epidêmicas.

BOA ESPERANÇA

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

- . A Prefeitura dispõe de 01 área em Sobradinho (povoado a 28km da sede, passando agora para distrito).
- . Área: Um alqueire (48.400m²)
- . Total de lotes: 128; sendo que, 80 foram doados à comunidade carente a preço simbólico (10 cruzados/m² em 10 prestações) e 38 foram vendidos à preço de mercado. Foi ainda separado alguns lotes para construir um armazém de mini-proprietários e um posto de óleo diesel pertencente à CODECOBE (Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Boa Esperança).
- . Lotes de 200 a 250m²
- . Os lotes doados foram gravados num prazo de 8 anos para obter o título de aforamento, impedindo assim a venda.
- . A prefeitura Municipal está para adquirir a escritura ainda.
- . A Prefeitura Municipal e a população ainda não estão querendo construir com interesse de fazer casas em bom estado, através de financiamento.
- . O lote só será pago quando sair o projeto das casas.
- . Todas as decisões de preço do lote, gravação, beneficiados foram feitas juntamente com a comunidade local.
- . Total da área 48.400m²
- . Área, ruas e praças 19.181,60m²
- . Área loteada: 29.218,40m²
- . Perímetro: 1.111,90m²

As ruas estão abertas, e a Prefeitura Municipal encaminhou à CESAN (já confirmado) e à ESCELSA, projetos de abastecimento de água e energia para o loteamento.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

A Prefeitura Municipal não manifestou interesse em adquirir outras áreas.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

. Construção de conjunto habitacional na área Sobradinho

. A Prefeitura Municipal opinou: 1º- colocação lotes urbanizados com embrião - 2º- financiamento da casa.

. Interesse de fazer logo.

. Demanda de outras localidades: melhoria e construção de casas, em terreno já existente dos moradores:

- 1) Sede: 100 unidades;
 - 2) Santo Antônio: 60 unidades;
 - 3) Sobradinho: 50 unidades;
 - 4) Bela Vista: 10 unidades
- Total: 250 unidades

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

Intervir na área habitacional nos povoados, como forma de manter o homem no campo, evitando êxodo rural e contribuindo para a manutenção da atual estrutura fundiária que se apresenta bastante equilibrada.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL

- . Experiências anteriores em construções casa/FICAM e mutirão.
- . Doação de lotes.
- . A Prefeitura Municipal enviou à COHAB, em 1986, o projeto para So bradinho das 80 casas (Ofício PMBE 10/84 de 13 de novembro de 1984).
- . Enviou o mesmo ao MDU em 1987/abril (Ofício PMBE 121/87 de 27 de abril de 1987).
- . Vai enviar o mesmo para a SÊAC (mutirão habitacional).
- . A Prefeitura Municipal enviou projeto de infra-estrutura (calçamen to e praças) para os bairros Vila Tavares I, II e Vila Fernandes, à COHAB/SFH através do FINEC, FINC, CURA. Foi feito um pedido ao Governador para que o Estado fosse o beneficiador final desse pro jeto para que ele saia o mais depressa possível.
O Prefeito pede que se dê um reforço ao seu pedido.
- . A Prefeitura Municipal está continuando a obra de esgoto (através de técnica alternativa, na Vila Tavares II.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . A Prefeitura Municipal assumirá:
Lotes (doação)
Terraplenagem e abertura de ruas
Instalação de água
Transporte

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . Não existe muitos bôias-frias no município
- . A Usina de Alcool ALBESA S/A não modificou a estrutura fundiária. Pro duz 40.000 mil litros/dia e trabalha dois meses por ano. Os pro

prietários (41) que plantam a cana são cotistas da Usina, sendo gerenciado pelo ex-Prefeito Amaro Covre. Somente gera uns 50 empregos na Usina e 100 empregados entre os cotistas. O corte de cana é feito através de trabalhadores buscado no nordeste (com alojamento próprio).

- . A estrutura fundiária no município é bem equilibrada, não se registrando grandes proprietários. A propriedade média é de 50 a 100 alqueires.
- . A estrutura de organização comunitária no município é um exemplo a ser seguido e deve ser incentivado, já que tem mostrado bons resultados.

BAIXO GUANDU

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

1.1 ÁREA NA SEDE MUNICIPAL

- . Disponível e regularizada
- . Doadá pela COHAB-ES, com 153 lotes
- . Localizada no centro urbano, com infra-estrutura nas proximidades
- . Área plana, solo firme

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

- . Loteamento do Bairro do Rosário - 300 lotes. Terreno de propriedade de particular, com topografia acidentada e sem infra-estrutura.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

A Prefeitura pretende criar um Fundo Municipal de Habitação para ajudar na execução dos projetos. O Prefeito vai destinar 10% do ICM para o referido fundo.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Regularização dos 150 lotes já ocupados, localizados no acampamento da CONVAP, em Mascarenhas. As casas foram construídas pela Companhia por ocasião da construção da barragem.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADAS PELA PREFEITURA

Projeto encaminhado ao MDU solicitando recursos financeiros para construção de 153 unidades habitacionais.

Recursos complementares para essa obra solicitado ao Governo do Estado

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

A prefeitura contribuirá com:

Terreno, terraplenagem, esgoto e meio-fio.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

A mão-de-obra operária trabalha nas serrarias, olarias e comércio locais.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal não possui nenhuma área disponível para construção de moradia, não tendo também condições de adquirir áreas próximas à sede.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

Não tem.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

. A Prefeitura tem interesse em utilizar dois loteamentos já existentes, para construção de moradias de baixa renda.

. A Prefeitura tem demanda para aproximadamente 3.000 unidades.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

O Governo do Estado poderá contribuir na execução de infra-estrutura no loteamento *Village da Luz* e *Coramara*, que são as áreas mais próximas à sede, onde todos os lotes estão vendidos e com 15%, aproximadamente, de ocupação.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Contatos com o MDU, solicitar recursos para empresa de habitação municipal.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

A Prefeitura participa na execução dos projetos de infra-estrutura nos dois loteamentos.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

A economia do município baseia-se principalmente na extração e beneficiamento de mármore, possuindo muitas indústrias de pequeno e médio porte, tendo também sua agricultura baseada no café e laticínios, onde apesar de ter uma relativa arrecadação sofre os problemas idênticos aos grandes centros.

COLATINA

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

A Prefeitura não possui reservas de áreas.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

2.1 *LOTEAMENTO NO BAIRRO HONÓRIO FRAGA*

- . Localiza-se a 8km do centro urbano, com capacidade para 40 lotes, todos disponíveis.
- . Propriedade particular
- . Acesso bom.
- . Infra-estrutura nas proximidades.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

O técnico que nos atendeu na Prefeitura não soube informar.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

O Prefeito estava ausente, o informante não soube informar.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Não há projeto habitacional encaminhado pela Prefeitura.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

"Se houver proposta concreta do Governo Estadual o Prefeito tem interesse em executar projetos de habitação e a Prefeitura entrará com a infra-estrutura e terraplenagem e se empenhará na aquisição de áreas", nos informou o Secretário de Obras.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . Núcleo polarizador, indústrias de carnes, comércio de café, serviços do setor terciário.
- . Predomina pequena e média propriedade.
- . Indústria de confecções, serrarias e móveis.

CONCEIÇÃO DA BARRA

1. ÁREAS

1.1 *ÁREA DE PROPRIEDADE MUNICIPAL*

- . Disponível e regularidade
- . Área: 112.445,336m²
- . Nº de Lotes: 286
- . Tamanho dos Lotes: 10 x 20m (maioria)
- . Os lotes serão todos doados, priorizando a população de menor renda que não tem onde morar ou que estão em má condições de moradia. Já foram loteados os 278 lotes e está para ser feita a terraplenagem pela Prefeitura. A infra-estrutura ficará a cargo da Prefeitura e cada morador construirá sua casa.
- . Não existe nenhum lote ocupado
- . Acesso através da rodovia que liga Conceição da Barra à BR-101.
- . Solo arenoso
- . Situação em Santana, próximo à sede. Boa localização.

1.2 *ÁREA DE PROPRIEDADE DA COHAB*

- . Disponível e regularizada
- . Área: 100.000m² aproximadamente
- . Nº de Lotes: 500 lotes (aproximado)
- . Parte da área já está locada e as casas construídas pela COHAB e pequena parte foi invadida com construção de alicerces de algumas casas que não prosseguiram, uma vez que foi embargado pela COHAB.
- . Bom acesso
- . Solo arenoso
- . Situada próxima à sede.

1.3 ÁREA DE PROPRIEDADE DA ARACRUZ CELULOSE

- . Disponível
- . Área doada pela Aracruz Celulose à COHAB, mas que não está com processo legalizado
- . Área: 60.000m² (aproximado)
- . Bom acesso
- . Solo arenoso
- . Situação em Novo Horizonte, próximo à sede
- . Não tem nenhuma infra-estrutura

1.4 ÁREA DE PROPRIEDADE DA ACESITA (ITAÚNAS)

- . Disponível
- . Área com projeto de loteamento da Acesita ainda para ser aprovado.
- . O loteamento compreenderia a construção de 50 casas para funcionários não qualificados da Acesita que trabalha ali perto.
- . Os recursos para construção das casas talvez seriam procedentes da COHAB.
- . Área situada em Itaúnas, mas não está dentro dos limites da Vila histórica

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

A prefeitura não manifestou interesse em adquirir áreas.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

No que diz respeito à área pertencente à COHAB, a prefeitura fez uma proposta à COHAB em que ela faria o arruamento, terraplenagem e a medida que fosse sendo habitado levaria água e luz, em troca de alguns lotes que favoreceriam os invasores dessa área.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Urbanizar e legalizar áreas de invasão na sede.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Segundo o Prefeito, a prefeitura não solicitou recursos ao MDU ou à CEF, bem como não foi solicitado nenhum projeto de infra-estrutura à CESAN ou a ESCELSA para as áreas disponíveis.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . Doação de terreno
- . Terraplenagem
- . Implantação de infra-estrutura (arruamento, água e luz)

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . O município de Conceição da Barra, apresenta déficit habitacional significativo em face do incremento populacional gerado pelas usinas de álcool e de celulose na região, motivando a migração de um contingente populacional vindo do sul da Bahia e Minas Gerais.
- . A demanda do município estaria em torno de 3.000 habitações (entre urbanização e construção), entretanto pode-se constatar que a sede do município está relativamente bem infra-estruturada com muitas ruas pavimentadas e limpeza pública em dia. A Prefeitura parece estar melhor aparelhada de recursos.

CONCEIÇÃO DO CASTELO

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

- . Terreno de 80.000m²
- . 105 lotes de 180m²
- . O terreno está totalmente livre e com terraplenagem executada pela Prefeitura.
- . Foi doado à COHAB-ES, por escritura pública.
- . A área está localizada às margens da estrada que liga Conceição do Castelo a Castelo, e dista 800m da malha urbana.
- . O acesso é feito pela própria rodovia.
- . A topologia do terreno está com declive adequado às edificações, necessitando de drenagem.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

Não há nenhuma compra prevista, principalmente porque os terrenos são muito caros e não há predisposição de venda por parte dos proprietários.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . Iniciar imediatamente a construção de 53 casas através da COHAB-ES, na área doada;
- . Viabilizar outras 25 unidades para atendimento à classe média através da COHAB-ES;
- . Regularizar as áreas remanescentes da COHAB-ES que foram loteadas e impropriamente distribuídas em janeiro/83. Para tanto, a COHAB-ES devolverá à Prefeitura essas áreas;
- . Estimular a construção de casas nos 256 lotes doados em janeiro/83;
- . Pavimentação de rua ocupada por bôias frias no distrito de São João de Viçosa, cujo projeto foi encaminhado ao MDU. Valor Cz\$ 3.000.000,00;
- . Há 440 lotes no distrito de Venda Nova distribuídos na malha urbana e que servem de especulação por parte de seus proprietários. Solicita apoio para sua ocupação;
- . Com essas providências fica atendida em 100% a demanda do município

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Agilização no processo das 53 casas, cujo projeto está em análise na CEF;
- . Formalização e elaboração do projeto para outras 25 casas para assalariados de renda média;
- . Acompanhamento junto ao MDU do pedido de pavimentação para São João de Viçosa;
- . Utilização do programa de financiamento individual (FICAM) para ocupação dos lotes em Venda Nova;

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

. Pavimentação de rua em São João de Viçosa - MDU

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

A Prefeitura comprometeu-se, no projeto da COHAB-ES, a efetuar a terraplenagem e a drenagem do riacho que corre fundo ao terreno.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

Produção agrícola variada na qual se sobressai o café e produto hortigranjeiros. A distribuição da terra apresenta um grande número de pequenos proprietários e não se registra aglomerados de baixa pobreza.

FUNDAO

1. ÁREAS DE PROPRIÉDADE MUNICIPAL

1.1 *TERRENO DO GINÁSIO DE ESPORTES*

- . Capacidade para 50 lotes todos disponíveis
 - Localiza-se próximo ao centro urbano
 - Terreno no morro, a parte melhor doada para o Ginásio de esportes ficando a parte em declive destinada à construção de habitações.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

Não há áreas previamente selecionadas para serem adquiridas.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . Construção das 50 unidades habitacionais no loteamento do Ginásio de esportes para atender à remoção da população Ribeirinha.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Contribuição do Estado para efetivação do projeto das unidades habitacionais.
- . Execução da rede de esgoto em toda sede do município.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

- . Existe o projeto para construção das 50 unidades
- . Existe projeto em tramitação na SEAC.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . A Prefeitura executará toda infra-estrutura
- . Doação do terreno.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . A economia do município baseia-se na agricultura (café, mandioca e banana). Esta última predominância.
- . Escassez de indústria.

GUACUI

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

1.1 *BALANÇA*

- . 14.000m² de propriedade da Prefeitura, desocupada, com capacidade para 23 lotes.
- . Localiza-se no lado direito do acesso à Cidade.
- . Topologia plana, com terraplenagem já executada.
- . Necessita de rede de água e de esgoto sanitário.

1.2 *BAIRRO ANTÔNIO FRANCISCO MOREIRA*

- . Área remanescente de propriedade municipal onde foram construídas 50 casas.
- . Quantidade de lotes: 60
- . Existência de partido urbanístico.
- . Localização: dentro da malha urbana com acesso existente.
- . Falta infra-estrutura de água e esgoto.
- . A terraplenagem está sendo executada pela Prefeitura.

1.3 SÃO PEDRO DE RATES

- . Lotes esparsos na área urbana, de propriedade da Prefeitura.
- . Total: 90 lotes, medindo de 200 a 300m².
- . A topologia é plana, não necessitando serviços de terraplenagem.
- . A Vila dista 20km da sede.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

Não há áreas previamente selecionadas para serem adquiridas.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . Produção das unidades habitacionais nos bairros Balança (23 casas) e no Bairro Antônio Francisco Moreira (60 casas).
- . Urbanização do aglomerado São Miguel, Rua do Norte e Roberto Mendes, contando com 88 unidades habitacionais.
- . A Prefeitura detém um cadastro com cerca de 300 famílias carentes que necessitam de casas.
- . Em São Pedro de Rates os lotes serão distribuídos a trabalhadores rurais da região.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Recursos estaduais para redes de esgoto no bairro Balança e adja
cências.
- . Rede de água e esgoto no bairro Antônio Francisco Moreira.
- . Atendimento total no município.
- . Com essas, serão atendidas 201 famílias no município.

5. PROJETO/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Não há projeto habitacional encaminhado pela Prefeitura. Há um projeto piloto de Saneamento Rural em dois Distritos.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

A Prefeitura executará toda a infra-estrutura mediante o repasse de recursos.

Apoio para as construções das casas.

Sem definição quanto à possibilidade de assumir um mutirão.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

Produção rural voltada para o café, com situação demográfica estável e crescente empobrecimento das classes sociais menos favorecidas. Observa-se um aumento constante da presença do bóia-fria.

IBIRACU

1. ÁREAS DE PROPRIÉDADE MUNICIPAL

1.1 *TERRENO DO GINÁSIO DE ESPORTES*

. Capacidade para 50 lotes todos disponíveis

- Localiza-se próximo ao centro urbano
- Terreno no morro, a parte melhor doada para o Ginásio de esportes ficando a parte em declive destinada à construção de habitações.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

Não há áreas previamente selecionadas para serem adquiridas.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

. Construção das 50 unidades habitacionais no loteamento do Ginásio de esportes para atender à remoção da população Ribeirinha.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

. Contribuição do Estado para efetivação do projeto das unidades habitacionais.

. Execução da rede de esgoto em toda sede do município.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

- . Existe o projeto para construção das 50 unidades
- . Existe projeto em tramitação na SEAC.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . A Prefeitura executará toda infra-estrutura
- . Doação do terreno.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . A economia do município baseia-se na agricultura (café, mandioca e banana). Esta última predominância.
- . Escassez de indústria.

IUNA

ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL:

1.1 *LOTEAMENTO NOSSA SENHORA DA PENHA*

- . Terreno de propriedade da Prefeitura.
- . Com 120 lotes, todos doados pela Prefeitura a terceiros.
- . As casas estão em construção.
- . O loteamento está localizado na malha urbana e com acesso definitivo.
- . Dispõe de distribuição de água e energia elétrica.
- . Necessita de esgotamento sanitário.

1.2 *DUAS ÁREAS COM CAPACIDADE PARA 150 LOTES LOCALIZADAS ACIMA DO BAIRRO DE HABITAÇÕES POBRES NO MUNICÍPIO*

1.3 *DISTRITO DE IRUPI*

- . Área para 80 lotes da Prefeitura
- . Necessita de drenagem pluvial numa extensão de 200m
- . Os lotes estão por ser demarcados

- . Existência de água, energia elétrica e equipamentos comunitários
- . A área localiza-se dentro do perímetro urbano.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

- . A Prefeitura goza de uma condição singular de possuir enormes áreas nos distritos e na Sede, de sorte que não há necessidade de se adquirir novas áreas, mesmo que se duplique a população do município. Para esse governo municipal não há outros projetos a serem implantados.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . Doar os 150 lotes à população carente e que não possuem residência após dotá-los de infra-estrutura.
Doar os 80 lotes em IRUPI, para as famílias que não possuem residência própria após a drenagem do córrego que atravessa a Vila.
- . A Prefeitura necessita de recursos para rede de esgoto e financiamentos para as habitações.
- . Com o atendimento acima de 230 famílias a Prefeitura considera atendida 40% da demanda existente no município.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Financiamento para as habitações que estão sendo construídas no Bairro Nossa Senhora da Penha e para as unidades que serão iniciadas nos 150 lotes a serem doado.
- . A Prefeitura encarrega-se de se executar a terraplenagem e executar as obras.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADO PELA PREFEITURA.

- . Doação dos 120 lotes no bairro de Nossa Senhora da Penha desde agosto/86 com a maioria das casas em construção. A Prefeitura concede documento de *domínio útil do solo*, sem permitir ao tomador possibilidade de comercialização.

A Prefeitura além de fiscalizar diretamente as obras, mantém apoio logístico técnico para os que estão executando sua autoconstrução.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . Os projetos são exclusivos da Prefeitura

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . A produção do município é quase que exclusivamente de café onde se atinge a máxima concentração de covas por área municipal. Predomina a mão de obra do do bôia fria buscada nos municípios vizinhos de Minas Gerais.

A sede é pressionada em expandir os bolsões de baixa renda em virtude da presença do bôia fria.

JAGUARE

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

O Município de Jaguaré não possui áreas disponíveis, de propriedade municipal. Na sede municipal, onde a ocupação das favelas se deu de forma espontânea em terras localizadas próximas a encostas já existe processo de doação da terra para a Prefeitura Municipal que, por sua vez, passará a escritura aos posseiros já ali assentados.

Nessas áreas a Prefeitura Municipal pretende implantar um projeto de infra-estrutura básica e melhoria das unidades habitacionais.

Não houve condições de conseguir informações sobre o tamanho das áreas e dos lotes.

1.1 *PALMITAL*

Área acidentada, formando um vale por onde passa um córrego. Arruamento tortuoso com vários becos.

Aproximadamente 130 lotes, com casas de madeira de baixo padrão. Possui água e energia elétrica.

1.2 *BAIRRO DO POSTO*

Área plana, aproximadamente 40 casas de população de baixa renda.

1.3 BOA VISTA I

90 casas de madeira de baixo padrão. Relevo acidentado, finalizando numa grotta.

1.4 BOA VISTA II

40 casas. Maior parte da área plana com arruamento mais regular.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

Existem várias áreas vazias no entorno da sede que podem ser desapropriadas.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . Urbanização das áreas já citadas com melhoria das habitações.
- . Construção de novas unidades, principalmente nos Distritos de Barra Seca e Água Limpa.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

Urbanização das áreas já citadas.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Foi solicitado recursos ao MDU.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . Legalização das áreas, através de doação do terreno aos posseiros.
- . Existem áreas na sede que poderiam ser desapropriadas. Segundo declaração do próprio Prefeito ele assume o ônus político da desapropriação, desde que o Estado libere recursos financeiros para tal.
- . O Prefeito prevê dificuldades na implantação de projetos em regime de mutirão.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

Município recentemente instalado, com a economia voltada principalmente para a agricultura, conseqüentemente concentrando grande número de trabalhadores bôias-frias.

Os problemas de habitação do município se concentram de forma espontânea em terras localizadas próximas a encostas, o que dificulta a urbanização.

LINHARES

1. ÁREA DE PROPRIEDADE DA COHAB

- . Disponível e legalizada
- . Área terreno: 2 alqueires
- . Nº de lotes: 2643
- . Não existe ocupação de nenhum lote
- . A construção das habitações será feita pela COHAB
- . O prefeito pretende negociar parte da área - 3 ou 7 alqueires - para fazer um cemitério
- . Localizado próximo ao conjunto habitacional Laguna

OBS.: Com exceção dessa área da COHAB, não existe nenhuma outra área disponível.

2. TERREÇOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

O prefeito não manifestou interesse em adquirir nenhuma área para habitação, apenas aquela destinada ao cemitério através de negociação com a COHAB.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . Existem muitas áreas e bairros onde há necessidade de melhoramento de infra-estrutura, principalmente esgoto e que a prefeitura vai sanando a medida que tenha recursos.

- . O Prefeito crê que existe uma demanda para 2643 casas, mas há necessidade de construção de mais casas.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Urbanização das áreas e bairros carentes
- . Construção de novas habitações

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

- . Bairro Juparanã: Conjunto habitacional da COHAB em que a prefeitura está fazendo investimentos de infra-estrutura, havendo necessidade de atingir também o bairro Conceição uma vez que é contíguo ao bairro Juparanã. Está sendo feita a construção de galerias pluviais e pavimentação em algumas ruas com recursos próprios. Foi solicitado recursos à CEF para pavimentação e foi arquivado o processo.
- . Bairro Santa Cruz: Bairro situado próximo ao Canivete e formado através de invasão. A Prefeitura, posteriormente levou água e Luz. Não existe tratamento de esgoto (fossa-seca).
- . Favelas Pô do Aviso e Pô do Shell: A Prefeitura atua fazendo aterros com terras, mas sem muito critério. O processo de aterro é lento e também foi solicitado recursos à CEF.
- . Linhares V: Conjunto habitacional que apresenta problemas de infra-estrutura.
- . A Prefeitura está fazendo melhoramento de infra-estrutura em outros bairros com recursos do S.A.A.E.

- . Foi solicitado recursos ao MDU para pavimentação e infra-estrutura de bairros carentes, mas não fora, atendidos.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . A Prefeitura tem interesse em promover a urbanização de bairros carentes e contribuir na medida que tenha recursos.
- . O prefeito não acredita no sistema de mutirão.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

A formação de grande número de assentamentos de baixa renda em Linhares, foi motivada principalmente pela instalação de agro-indústrias como a Aracruz Celulose e a LASA.

MONTANHA

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal dispõe de três áreas:

- . Na sede municipal (Bairro Cipreste)
- . Na sede municipal (Bairro Ângelo Depolo)
- . Em Vinhático

Os terrenos possuem escrituras - Patrimônio Público

1.1 *BAIRRO CIPRESTE*

- . Área total - menos de um alqueire
- . As áreas e os lotes vazios adquiridos pertenciam a um loteamento particular.
- . A maioria dos lotes já foram doados.
- . Existe uma área reservada para construção do ginásio de esportes.
- . Resta apenas uma quadra para lotear e doar, comportando \approx 20 lotes
- . Área adquirida com recursos próprios.
- . O acesso é bom - terreno plano e bem localizado
- . Infra-estrutura praticamente existente no local, exceto calçamento

- . Situado perto da área central da sede.
- . Está inserido num bairro popular com algumas casas de estuque carentes
- . A doação é feita através de um documento registrado em cartório. De pois de quatro anos de ocupação, os beneficiados vão receber a escritura do terreno.

1.2 BAIRO ANGELO DEPOLO (Ainda não registrado com esse nome)

- . Área total - mais de um alqueire
- . Total de lotes = 300 (praticamente quase todos já foram doados) lotes de 8 x 14 - 8 x 15m², perfazendo 120m²
- . Os beneficiados foram escolhidos pessoalmente de acordo com a solicitação na Prefeitura Municipal - preferencialmente para quem não tem casa. Benefícios a diferentes classes de renda (Bancários, diaristas, pedreiros, funcionários do comércio).
- . Foi feito apenas a abertura dos lotes/loteamento.
- . A infra-estrutura passa perto do loteamento (situado paralelo ao Bairro Cipreste) - ela ainda não é existente.
- . Acesso bom - terreno plano, de morro e de baixada.
- . Poucas casas estão construídas (aproximadamente 10%) num total 30 casas.
- . A tipologia das casas é alvenaria (aproximadamente 35 a 40m²), sendo que na baixada fica localizada a população de mais baixa renda com construções em piores características de adobe, madeira e blocos de concreto.

- . A Prefeitura Municipal está amarrando as construções quanto à sua tipologia, e prazo de seis meses para começar a construir.
- . As doações foram registradas em cartório, sendo que após os quatro anos de ocupação, o morador receberá a escritura do terreno.
- . A Prefeitura Municipal conseguiu recursos para comprar o terreno com o Governo Estadual (Gerson Camata).
- . O terreno é público municipal, com escritura em poder da Prefeitura.

1.3 LOTEAMENTO EM VINHÁTICO

- . Área total - dois alqueires (96.000m²)
- . Total lotes = 240 lotes (todos doados).
- . Total de lotes ocupados = 20 lotes (população baixa renda)
- . Tipologia das casas construídas: Alvenaria, madeira, bloco de concreto, adobe - casas características de baixa renda (no acabamento; nos móveis...).
- . No loteamento ainda não existe arruamento bem definido e aberto estando o mesmo invadido por mato.
- . A população utiliza energia feita através de bicos de luz e água retirada de poços, sem tratamento.
- . Situa-se em terreno plano e bom.
- . O acesso ainda está ruim, porém situando-se à margem da rodovia Vinhático - Montanha. Inexiste abertura das ruas e terraplenagem.
- . A população tem prazo de seis meses para começar a construir. As doações foram registradas em cartório, sendo, que passados quatro anos de

ocupação, o morador receberá a escritura do terreno.

- . A Prefeitura Municipal conseguiu recursos para comprar o terreno com o Governo Estadual (Gerson Camata).
- . A Prefeitura Municipal construindo um campo de futebol dentro desta área de dois alqueires. Ainda, em relação a esses dois alqueires, existe uma área de 60 lotes que se situa na outra margem da BR. O prefeito pretende efetuar uma troca entre esta área e uma outra pertencente à sua pessoa no centro de Vinhático.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

- . Área - + de um alqueire
- . Local = sede municipal
- . A Prefeitura Municipal reclama que falta os recursos, sendo que o Estado poderia apoiar com uma parte dos recursos necessários.
- . Não foi possível a visita a área, nem dimensionar o tamanho.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . A Prefeitura Municipal tem interesse em colocar calçamento e rede de esgoto nos bairros populares já consolidados, a saber: Cipreste, Palhinha e Fundão. Em algumas partes desses bairros somente existem água e energia. A colocação do restante da infra.estrutura torna-se um incentivo à melhoria das casas, bem como a abertura de financiamentos para este fim.
- . Bairro Cipreste: 600 domicílios (pouco carente)
- . Bairro Fundão: 200 domicílios (algumas áreas carentes sujeitas a enchente)

. Bairro Palhinha: 50 domicílios (mais carentes)

. Tipologia das casas:

Madeira

Estuque

Adobe

Tijolinho

. Na sede municipal e em Vinhático existe uma procura na Prefeitura Municipal por lotes num total de 800 famílias; no entanto, a mesma está conseguindo atender a 600 famílias. A faixa de renda é diversificada.

. A Prefeitura Municipal considera, nesses novos loteamentos implantados, os moradores não terão condições financeiras de arcar com os custos de urbanização.

Caso isso aconteça, haveria necessidade de cadastramento das diferentes classes de renda existentes, para que o custo urbanização não incida sobre moradores já que os lotes foram doados a pessoas de baixa renda (0 a 2 salários mínimos).

. O Prefeito considera, então, que seria mais importante o financiamento da construção de casas (num total de 50 a 100 unidades), para uma parcela dos moradores que tenham condições de pagar, segundo o prefeito, até 10% SMR.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

Observou-se que em Montanha, caso seja este município selecionado, poderá ser aplicado um programa de lotes urbanizados com melhorias das habitações e financiamento para o material de construção, notadamente no bairro Angelo Depolo.

O Distrito de Vinhático, por abranger uma população estimada em 6.000 habitantes, no terreno municipal de 20 alqueires deverá ser realizada a urbanização com água, luz, esgoto, meio-fio, dentro do programa de lotes urbanizados.

Esta intervenção teria a vantagem comparativa que, ao fixar o morador rural no próprio distrito em que trabalha, contribuirá para a expansão urbana desta vila, que depois de Montanha (sede municipal) é a mais importante do município.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

O Prefeito não encaminhou nenhuma solicitação formal a qualquer órgão do Governo Federal/Estadual.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . Doação do terreno
- . Terraplenagem das áreas (Vinhático e sede municipal)
- . Abertura das ruas.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

Existe muita mão-de-obra de diaristas utilizada nas culturas de cana, café e mandioca.

Além dessa economia agrícola, a área urbana aluga os serviços do terciário pouco especializado e sete funcinando) (num total de duas funcionando)

No município prevalece a média propriedade (50 a 100 alqueires), existindo, porém, grandes propriedades.

A cidade vem crescendo 15 a 20% de quatro anos para cá.

MUCURICI

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal dispõe de 04 áreas de sua propriedade, situadas nas seguintes localidades:

- . Ponto Belo (loteamento)
- . Água Boa
- . Itabaiana (loteamento)
- . Sede (loteamento Planalto)

OBS: Em Itamira, a Prefeitura Municipal acabou não adquirindo uma área que estava prevista, conforme informações preliminares.

1.1 *LOTEAMENTO EM PONTO BELO*

- . Terreno adquirido em 1984, numa área total de 96.800m²
- . Grande parte do terreno, num total de 150 lotes, já foram doados e a população já está construindo. A Prefeitura Municipal está colocando água e energia, sendo que os recursos são da Prefeitura Municipal (50%) e da CESAN (50%) para o abastecimento de água e ESCELSA (50%) para o abastecimento de energia elétrica. O restante da infra-estrutura não tem projetos para implantação.
- . Lotes de 120 a 200m².
- . Casas de alvenaria.

- . Os projetos foram doados com prazo de 10 meses para construção, perdendo o Alvara de Licença, caso não seja construído. Quando terminada a construção o morador recebe o título de Aforamento.
- . Da totalidade da área do terreno, a Prefeitura Municipal separou uma área para escola e estádio de futebol.
- . Ainda resta uma área grande, cabendo 88 lotes, faltando projetar e abrir ruas. As doações serão feitas a pessoas já cadastradas para isso (população de baixa renda).
- . O terreno é plano, com bom acesso.
- . A demanda da Vila é grande para as diversas faixas de renda.

1.2 *LOTEAMENTO EM ÁGUA BOA (36km da SEDE)*

- . Lotes disponíveis da Prefeitura Municipal num total de 19.
- . Apenas dois lotes foram doados.
- . O povoado é pequeno e a demanda também

1.3 *LOTEAMENTO EM ITABAIANA (22km da SEDE)*

- . Lotes disponíveis da Prefeitura Municipal num total de 120, guardados por ela para implantação de conjunto de casas populares para a classe de baixa renda.
- . Área: 38.400m² - 10 quadras
- . Lote: 10 x 20m² - 09 x 20m² = Em média 200m²
- . Demanda de \pm 50 pessoas (considerada grande)

1.4 LOTEAMENTO PLANALTO EM MUCURICI

- . Área: 2 alqueires
- . Existem apenas 50 lotes doados, existindo ainda área vazia
- . A procura por lotes, na sede, é pequena.
- . Não existe ainda casas construídas
- . O Prefeito diz que a população não vem construindo por falta de condições, e mesmo, arcar com as prestações da COHAB, já que a maioria da população de baixa renda não tem renda fixa, dado a situação de emprego no município (assalariados).
- . Área dos lotes: 200m²
- . Total de Lotes neste loteamento: 360 lotes
- . Existem 310 lotes disponíveis da PM

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

A Prefeitura Municipal não manifestou pretensão em adquirir mais terrenos.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . Apoio e Complementação nas ações da Prefeitura Municipal, referente ao saneamento básico (esgoto e calçamento).
- . A Prefeitura Municipal está interessada em um programa que satisfaça a situação necessitada - programa este para construção de casas. Para a infra-estrutura poderá ser colocada aos poucos por ele.

. Para isso, o Prefeito está segurando o terreno de Itabaiana.

. Demanda das localidades

Ponto Belo: grande (diversas rendas)

Água Boa: pequena

Itabaiana: ± 50 pessoas

Mucurici: pequena

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

. Urbanizar com apoio financeiro para material de construção, principalmente em Ponto Belo, dado ao seu crescimento.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL

. Doação Lotes

. O Prefeito esteve em Brasília com a finalidade de conseguir verbas para remoção de 15 famílias moradoras do hospital (em construção, abandonada) em Ponto Belo. Com o recurso seriam construídas 15 casas no loteamento pertencente à Prefeitura Municipal.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

. Doação de lotes

. Abertura das ruas e terraplenagem

. Colocação de infra-estrutura

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA NO MUNICÍPIO

- . Economia baseada na pecuária de corte e leiteira em grandes propriedades.
- . A pecuária expulsa trabalhadores, e sendo ela uma cultura predominante há pouca frente de trabalho.
- . Em Ponto Belo, está acontecendo um desenvolvimento maior por existir ao seu redor outras atividades rurais que criam emprego. Além disso, existem 08 farinheiras funcionando.
- . Grande concentração da propriedade rural (variando de 2.000 a 6.000 (alqueires)).
- . É necessário intervenção planejada no crescimento urbano de Ponto Belo.

MUNIZ FREIRE

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

1.1 *DISTRITO DE PIAÇU*: 15.000m² com capacidade de 45 lotes

- . Adquirido pela Prefeitura recentemente.
- . Terreno ocupado por cafezal que está sendo cortado.
- . Área rural às margens da ES-181 e anexa ao Distrito
- . Topologia acidentada necessitando de serviço grande de terraplenagem.
- . Necessidade de tratamento de água em Vila Piaçu.
- . Energia Elétrica atravessa a área.

1.2 *DISTRITO DE ITAICI*: Terreno de 7.500m² livre e desembaraçado necessitando de desmembramento do INCRA.

- . Com capacidade para 20 lotes, localizado contíguo à malha urbana.
- . Topografia plana
- . Existência de água e energia elétrica.

1.3 VILA ASSUNÇÃO: 48.800m²

- . De propriedade da comunidade local.
- . Área livre com previsão para 20 lotes.
- . Existência de equipamentos comunitários: igreja, escola, posto de saúde e salão comunitário.
- . Terreno plano - necessitando de pequena terraplenagem.
- . Acesso existente e localização à margem da rodovia ES-181.
- . Existência de fonte de água a ser tratada.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

- . Terreno de propriedade da viúva do Beijamim
 - Dista 1km da malha urbana
 - Localiza-se na Rodovia ES-181 - Muniz Freire/Piaçu, lado esquerdo.
 - Estimado em 20 lotes
 - Topografia plana, necessitando de terraplenagem pequena.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

Com o atendimento dos lugares mencionados acima:

- . Piaçu, Itaici e Assunção equivalendo a 95 novas casas a Prefeitura considera estar atendendo 40% da demanda atual.
- . Há interesse também em se urbanizar a favela do Caparaõ.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Auxílio na terraplenagem da área de Piaçu
- . Há necessidade de um levantamento topográfico e um projeto da terraplenagem.
- . Há necessidade de recursos do Estado para rede de esgoto, para tratamento de água em Assunção e Piaçu e de financiamento para a construção das casas.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Não há. Apenas argumenta que há recursos pela habitação no FNDU/SEAC e SENAR.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

A Prefeitura se propõe a efetuar a terraplenagem das áreas, urbanizar a favela do Caparaõ, a dar apoio no transporte de material e dar todo apoio para a construção das casas, quer pelo método da auto-construção ou por mutirão.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

População estável na sede, com crescimento demográfico acentuado na Vila Piaçu em função da cultura do café em larga escala.

A Vila Assunção caracteriza-se pela atuação da comunidade agrícola que produz hortigranjeiros e possui um projeto de sua Vila e a disposição de executá-lo logo.

MUQUI

I - ÁREAS DE PROPRIEDADES MUNICIPAL

1.1 *ÁREA A - SEDE*

- . A área está disponível e regularizada.
- . A área tem aproximadamente 15.000,0m² para 40 (quarenta) lotes de 200,0m²
- . O terreno está totalmente disponível e a Prefeitura se dispõe a doar os lotes.
- . A área tem acesso fácil que necessita de pequenos serviços de acerto (corte, terraplenagem)
- . Terreno praticamente plano
- . O loteamento está localizado no perímetro urbano da sede do Município com boas condições de implantação de infraestrutura básica.

1.2 *ÁREA B - SEDE (Stº Antônio)*

- . Área disponível e regularizada
- . A área tem aproximadamente 60.000,0m² para cerca de 160 lotes, com disponibilidade de 145 lotes de 200,0m².

- . O terreno se encontra praticamente disponível pois somente existem cerca de 15 casas construídas, sendo que estão disponíveis cerca de 145 lotes.
- . O acesso é fácil, necessitando tão somente de serviços de corte e regularização.
- . Terreno com cerca de 70,0% de área plana.
- . O loteamento está localizado no perímetro urbano do município, com boas condições de implantação de infraestrutura básica.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

No Distrito de Camará, distante cerca de 5,0Km da sede, a Prefeitura pretende adquirir área para 50 lotes, talvez por doação dos seus proprietários.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

200 casas: na sede e 50 no interior

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

O Governo do Estado poderá contribuir na execução dos projetos de infraestrutura, construção de uma Creche e reparos no Colégio Polivalente já existente que não está em operação.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Projeto solicitado à COHAB.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

A Prefeitura doa os lotes e contribui na execução dos serviços de infraestrutura. A Prefeitura tem fábrica de manilhas blocos e te

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA

Economia baseada no café e pecuária leiteira.

NOVA VENECIA

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal não dispõe de área de sua propriedade.

Foram feitos dois loteamentos municipais (na gestão anterior a esta administração) na sede.

1.1 *LOTEAMENTO MUNICIPAL I*

- . Área - 252.554m²
- . Lote = 12 x 20m² = 240m² - Total de lotes - 300
- . Infra-estrutura existente: água e energia - terreno plano e de morro.
- . Renda predominante: mais de três salários mínimos.
- . Lotes vendidos (em 36 meses) e doados (poucos): retidos para especulação imobiliária.
- . Grande parte do loteamento foi prejudicado com a presença dos fios de alta tensão, inutilizando assim vários lotes.
- . Ocupação: 20% lotes dos lotes de 60 lotes ocupados
- . A Prefeitura Municipal possui o documento do terreno, somente passando o título de propriedade depois de terminado o pagamento do terreno.

1.2 *LOTEAMENTO MUNICIPAL II*

- . Área - 13.255m²
- . Ocupação: 100%
- . Terreno de morro
- . Infra-estrutura: água, energia e esgoto

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

A Prefeitura Municipal está interessada em três áreas na sede, duas destinadas à construção de habitação e uma à horta comunitária.

2.1 TERRENO PRÓXIMO AO AEROPORTO NA ENTRADA DA SEDE

- . Proprietário: Sr. Arlindo Martins
- . Área: 1,5 alqueires
- . Número de Lotes: mais de 200 lotes
- . Terreno: ± plano. Acesso bom (perto da estrada Nova Venécia - São Gabriel da Palha)
- . Infra-Estrutura: ± próxima

2.2 TERRENO SR. AFONSO CREMASSO - PERTO DO BAIRRO ALTOÉ

- . Área: 70.000m²
- . Ainda esse mês (julho) capaz de estar concluída a negociação
- . Terreno plano - acesso bom (perto da estrada Nova Venécia - Boa Esperança)
- . Infra-Estrutura próxima.

2.3 TERRENO EM FRENTE AO DO SR. AFONSO CREMASSO, DESTINADO A HORTA COMUNITÁRIA.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . A Prefeitura tem a intenção de destinar a área (a ser adquirida) para implantação de um conjunto habitacional.
- . Existe uma demanda muito grande por habitação na Prefeitura Municipal. Esta está cadastrando a população com até três salários mínimos.

- . Como existe grande número de loteamentos clandestinos na sede (10), a população chega até a Prefeitura Municipal querendo legalizar os lotes, bem como, colocar infra-estrutura.

Exemplo:

Loteamento Rubia: 1.509 lotes

Loteamento Bom Fim: 548 lotes

Loteamento Bela Vista: 200 lotes

Loteamento Altoê: 492 lotes

Loteamento Betânia: 93 lotes

Loteamento Municipal I: 185 lotes

Loteamento Municipal II: 38 lotes

- . A Prefeitura Municipal está interessada em legalizar os lotes existentes nas vilas e povoados, pertencentes ao Estado (área rurais).

Exemplo:

Guararema

Pavão

Cedrolândia

- . A Prefeitura Municipal está interessada em conseguir algum tipo de financiamento destinado a: urbanização dos lotes (infra-estrutura e equipamento); lotes urbanizados com embrião e construção de casas.
- . Financiamento através da COHAB, MDU e SEAC.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Legalização loteamento clandestinos
- . Compra de terreno e implantação de conjuntos
- . Elaboração de um plano de ocupação do solo, com lei de perímetro e parcelamento.
- . Urbanização de áreas adquiridas

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL

- . A Prefeitura Municipal recebeu do MDU recursos no valor de CZ\$. 35.000,00 destinados à recuperação de 35 casas da população carente. A Prefeitura Municipal está dando seguimento às obras, no bairro Altoê.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . Doação de área
- . Terraplenagem com abertura das ruas

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . Cidade vem recebendo grande quantidade de migrantes do interior do município, sul da Bahia e Minas Gerais; com a destinação da colheita de café, fixando-se na cidade e aumentando o contingente de trabalhadores de baixa renda, dada a forma de emprego da mão-de-obra (diaristas, bôia-frias).
- . Surgimento de grande quantidade de loteamentos clandestinos na cidade; está crescendo de forma desorganizada, apresentando um número grande de lotes vazios, crescimento urbano acentuado que demanda urgente ordenamento.
- . Os preços dos aluguéis de casas populares está na faixa dos CZ\$. 1.000,00 a CZ\$ 2.000,00 para faixas de renda baixa.
- . Economia baseada na cultura de café e gado.
- . Indústrias que empregam a população: COOPNORTE, FRINORT, SUINORT, exploração de granito, SPAM, serrarias.
- . Problemas graves no Meio Ambiente: Rio Cricaré, secando devido as indústrias existentes, necessitando de um plano de recuperação e preservação do leito do rio que corta a cidade.

PANCAS

1. ÁREAS DE PROPRIÉDADE MUNICIPAL

1.1 *ÁREA MUNICIPAL*

- . 10% da área disponível para construção de habitações.
- . 27ha de propriedade da Prefeitura.
- . Localizada próximo do centro urbano às margens da rodovia.
- . Topologia acidentada.
- . Rede de água e energia elétrica nas proximidades.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

Loteamento: Rio Novo

- . Propriedade particular, próximo ao centro urbano, capacidade para 200 lotes, todos disponíveis.
- . A Prefeitura não dispõe de recursos financeiros para aquisição do terreno.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . Construção das unidades habitacionais que couberem na área da Prefeitura.
- . Recuperação das habitações e urbanização do Bairro Vila Nova.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Recursos estaduais e federais para urbanização e infra-estrutura no bairro Vila Nova.
- . Com essa participação dos Governos estadual e federal, serão atendidas 300 famílias no município.

5. PROJETO/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Não há projeto habitacional encaminhado pela Prefeitura.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . A Prefeitura executará toda obra de infra-estrutura mediante o re passe dos recursos.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . Produção rural voltada para o café, com a queda no preço do produto, verifica-se crescente empobrecimento das classes sociais menos favorecidas e uma grande instabilidade dos pequenos proprietários. Observa-se um aumento constante da presença de bôia-fria.

PEDRO CANARIO

1. ÁREA DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

1.1 ÁREA NA SEDE MUNICIPAL

- . Disponível e regularizada.
- . 133.996,00m² para 500 lotes de 20,0 x 7,0m ou 22,0 x 7,00m
- . A área total é de 133.996,00m² e foi doada à população de baixa renda.
- . Distante \pm 2km da sede com estrada sem calçamento.
- . Área plana de solo firme, terminando num declive bastante acentuado, que não faz parte do loteamento.
- . Área não está urbanizada e não possui qualquer serviço de infraestrutura. A CESAN está elaborando projeto para implantação do serviço de abastecimento de água.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

A Prefeitura não dispõe de outras áreas e nem de recursos para tal empreendimento.

Existe no município uma área plana, próxima a sede, doada por Camilo Cola a Prefeitura, que não está legitimada. A doação foi feita verbalmente em época de campanha eleitoral.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . A Prefeitura Municipal tem interesse em executar os serviços de saneamento básico (esgoto e calçamento), principalmente na sede.
- . Também está interessada na execução de um programa de construção de casas que satisfaça a população carente.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Urbanização da sede municipal
- . Construção de unidades habitacionais

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Projeto enviado ao MDU solicitando recursos para construção de 200 casas no Loteamento Vila Camata. As casas serão construídas de blocos de cimento (25 x 15 x 10) e telhas ETERNIT, orçadas em Cz\$ 30.000,00 cada uma. Os lotes têm uma área de 145,0m² e área construída de 30,0m² (2 quartos, sala, cozinha e banheiro).

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . Doação do terreno
- . Terraplenagem
- . Abertura de ruas

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . Grande contingente de trabalhadores de baixa renda, principalmente do Sul da Bahia e Minas Gerais.
- . Sede municipal quase toda composta por assentamento de baixa renda, com casas de alvenaria e madeira, de baixo padrão.
- . Uma grande preocupação da administração municipal é a instalação de uma indústria de celulose da SUZANO/CVRD, a 8km da sede do Município, no Estado da Bahia.

SÃO GABRIEL DA PALHA

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal dispõe apenas de uma área com 32 lotes situados no loteamento municipal Nova Combone; neste existe um total de 10 casas construídas pela Prefeitura Municipal e doadas à população desabrigada da chuva.

- . A área será regularizada após concluído o conjunto.
- . A proposta da Prefeitura Municipal para estes lotes é de promover a remoção de parte da população do Bairro Aimorés, possibilitando que este sofra urbanização.
- . Para tanto, a Prefeitura Municipal está conseguindo verbas do MDU para construção de 50 casas, (Cz\$ 30.000,00 cada unidade) faltando apenas encaminhar alguns documentos.
- . Tamanho dos lotes: pequenos (8 x 10)m²
- . Terreno de morro
- . Infra-estrutura: falta calçamento
- . Os lotes serão doados
- . O MDU colocou algumas imposições:

Cobrança preço simbólico (até 10% salário mínimo) para criação de um fundo rotativo.

Não pode o benefício ser vendido.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

A Prefeitura Municipal pretende adquirir áreas, existindo para isso, três áreas na sede e uma na Vila Valério. A Prefeitura Municipal espera algum auxílio na compra do terreno, já que ela não tem recursos para isso.

2.1 *TERRENO PERTENCENTE AO SR. LUIS STREI*

- . Localizado próximo à COHAB
- . Infra-estrutura próxima
- . Área total = 127
- . Custo aproximado Cz\$ 120,00 o metro quadrado
- . Terreno de morro.

2.2 *TERRENO NO BAIRRO INDEPENDÊNCIA (já visitado pela COHAB)*

- . Área total: 1,5 a 2,0 alqueires
- . Localidade: na sede, próxima ao centro
- . Custo aproximado: 6 milhões
- . Terreno plano bom
- . Infra-estrutura próxima

2.3 TERRENO PRÓXIMO DA AAB

- . Área total: quatro alqueires
- . Terreno bom plano e no morro

2.4 TERRENO DO SR. RAFAEL THOMÁS

- . Local: Vila Valério (o preço do aluguel e do lote é mais caro que a sede). Grande demanda por habitação e necessidade de expansão da Vila.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . Atuação no loteamento Nova Combone, como construção de 32 casas no loteamento e 18 na cidade, com recursos do MDU.
- . Compra de terreno com auxílio do Governo, para implantação de um conjunto habitacional.
- . Demanda de baixa renda para 100 unidades.
- . Existe também demanda para faixas de renda média (+ de três a sete salários mínimos).
- . Recursos para urbanizar a favela do morro Aymorês, após realizada algumas remoções.
- . Pavimentação e regularização dos bairros: Santa Terezinha, São Sebastião, Boa Vista, Santa Helena e Vila Nova Combone.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Compra de terreno com ajuda financeira do Estado.
- . Implantar programa de lotes urbanizados.
- . Disciplinar a tendência de expansão urbana

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL

Projeto ao MDU para construção de 50 casas na sede, já encaminhado, restando aprovação final do custo orçado pela Prefeitura.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL NOS PROJETOS

- . Caso o Governo compre algum terreno, a Prefeitura Municipal esta ria disposta a entrar com
 - Infra-estrutura (fora do calçamento)
 - Terraplenagem
 - Abertura de ruas
 - Cadastramento sócio-econômico

OBS: A Prefeitura já irá destinar recursos orçamentários em 88 pa ra esta atividade.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- . O café é a economia principal. Neste ano, com o preço do café em baixa, a situação dos municípios está um tanto agravada.
- . Não vem ocorrendo grandes quantidades de loteamentos (a não ser pa ra a classe de melhor renda).

. Quase não tem indústria ou outra atividade empregadora no municío
pio.

. Aluguel médio: Cz\$ 2.000,00
barraco Cz\$ 1.000,00

SÃO JOSÉ DO CALÇADO

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

1.1. *ÁREA NA SEDE DO MUNICÍPIO*

- . Disponível e regularizada
- . 30.800,0m², para 120 lotes de 200,0m²
- . O terreno está totalmente livre e será doado pela Prefeitura
- . Fácil acesso através de rua pavimentada
- . Terreno com cerca de 60% de área plana e 40% em morro
- . O terreno está localizado na área urbana do município em área contígua a área urbanizada da sede o que facilita a implantação de infra-estrutura.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

A Prefeitura pretende adquirir área nos distritos de Arituba, Alto Calçado e Patrimônio do Divino, através de doações de particulares para a construção de 20 unidades habitacionais em cada um.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

A demanda na sede é de cerca de 200 (duzentas) casas e 30 (trinta) unidades em cada distrito. Total = 290 (duzentos e noventa) unidades.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

A intervenção do Estado pode se dar através da participação na execução dos projetos de infra-estrutura (terraplenagem, drenagem, pavimentação, esgoto).

A Prefeitura participará com a doação dos lotes e na execução dos projetos de infra-estrutura.

A população a ser atendida se insere na faixa de renda de até 2 salários mínimos.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

Não existe nenhum projeto na área habitacional encaminhado a qualquer órgão público.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

A economia do município se baseia na produção de café e indústria de laticínios, apresenta boas condições urbanísticas com quase todas as ruas pavimentadas com paralelepípedos, com esgoto primário despejados *in natura* nos córregos e água fornecida pelo sistema CESAN.

SÃO MATEUS

1. ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL

1.1 ÁREA NA SEDE MUNICIPAL

- . Disponível e regularizada
- . 30.696,0m² para 75 lotes de 9 x 11m²
- . Terreno livre e será doado pela Prefeitura (Programa Multirão da Moradia).
- . Próximo a malha urbana, através da BR-101 a 3km do centro urbano
- . Área não totalmente plana, solo firme
- . A área não está urbanizada nem possui infra-estrutura mas os serviços de água e energia elétrica estão bastante próximos.

1.2 ÁREA NA SEDE MUNICIPAL (ao lado do Conjunto Forno Velho) COHAB-ES)

- . Disponível e regularizada.
- . 50 lotes.
- . Terreno livre a ser doado pela Prefeitura.
- . Distante 3km da sede municipal.
- . Área plana, solo firme.
- . Não está urbanizada, o loteamento não está preparado, porém os serviços de água e luz estão próximos.

1.3 ÁREA NA SEDE MUNICIPAL (*Bairro morada do Cacique*)

- . Disponível e regularizada.
- . 280 lotes.
- . Terreno praticamente todo ocupado com lotes doados pela Prefeitura.
- . Distante \pm 5km da sede próximo à BR 101
- . Terreno bastante acidentado, formando um vale cercado de morros.
- . Próximo ao rio Cricaré.
- . Área com arruamento, sem água. O projeto de energia elétrica já está com a ESCELSA para execução.

1.4 ÁREA NA SEDE MUNICIPAL (*de propriedade da Aracruz*)

- . Disponível e regularizada.
- . 3.000 lotes.
- . Terreno livre doado à COHAB-ES
- . Na área urbana, aproximadamente a 3km da sede.
- . Terreno plano com ligeira inclinação.

2. TERRENOS QUE A PREFEITURA PRETENDE ADQUIRIR

A prefeitura não manifestou interesse em adquirir novas áreas.

3. DEMANDA REGISTRADA PELA PREFEITURA

- . A Prefeitura está interessada em conseguir, mediante Convênio firmado entre a COHAB/ARACRUZ/PMSM, 1.500 casas das 3.000 previstas para vender a população de baixa renda.
- . No bairro Moradia do Cacique pretende realizar a urbanização.

4. INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO

- . Urbanização das áreas de propriedade municipal - água, luz, esgoto, meio-fio, etc...
- . Tanto poderá ser aplicado um programa de lotes urbanizados quanto financiamento de material de construção ou construção de conjunto.

5. PROJETOS/AÇÕES JÁ ENCAMINHADOS PELA PREFEITURA

- . Não existe nenhuma solicitação formal a qualquer órgão Federal e/ou Estadual.

6. PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NOS PROJETOS

- . Doação de terrenos.
- . Terraplenagem das áreas.
- . Abertura de ruas.

7. OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

Cidade pólo de atração do norte do Estado, uma vez que concentra grande número de estabelecimentos comerciais e de serviços.

- . Apresenta, sério problema habitacional provocado pela implantação no município de grandes empresas como PETROBRAS, ARACRUZ CELU LOSE e a LASA.
- . Grande quantidade de mão-de-obra diarista utilizada nas culturas de cana e eucalipto.

ANEXO 4

QUADRO DA SITUAÇÃO DOS TERRENOS PARA
PROJETOS HABITACIONAIS DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO 5

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS

ANEXO 4

SITUAÇÃO DOS TERRENOS PARA PROJETOS
HABITACIONAIS DO ESPÍRITO SANTO

QUADRO DA SITUAÇÃO DOS TERRENS PARA PROJETOS HABITACIONAIS

GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO

VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS	TERRENS				LOTES				INFRA-ESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO TERRENO (TOPOGRAFIA/TOPOLOGIA)	OBSERVAÇÃO
	ÁREA (M²)	PROPRIEDADE	SITUAÇÃO JURÍDICA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL	OCUPADOS	DISPONÍVEIS	ÁREA MÉDIA (M²)			
1. SÃO JOSÉ DO CALÇADO											
1.1. Sede Municipal	30.800	Prefeitura Municipal	Legalizada	Área urbana	120	0	120	200	O terreno não possui infra-estrutura, porém, a mesma está próxima às redes instaladas.	60% parte baixa (plana) e o restante morro com aclive acentuado. Solo firme.	
1.2. Arituba	-	Particular	-	No Distrito	20	0	-	-	-	-	O Prefeito afirmou que existe facilidade na doação destas áreas à Prefeitura, por parte dos seus proprietários.
1.3. Alto Calçado	-	Particular	-	No Distrito	20	0	-	-	-	-	
1.4. Patrimônio do Divino	-	Particular	-	No Distrito	20	0	-	-	-	-	
2. MUIQUI											
2.1. Área A	15.000	Prefeitura Municipal	Legalizada	Sede Municipal	40	0	40	200	O terreno não possui infra-estrutura, porém, está próximo às redes existentes.	Terreno plano, solo firme, corte de Morro, fácil acesso.	
2.2. Área B	60.000	Prefeitura Municipal	Legalizada	Sede Municipal	160	15	145	-	Infra-estrutura inexistente, próxima à rede instalada.	70% plano, solo firme, 30% em morro com pequeno aclive.	
2.3. Distrito Camê	-	Prefeitura Municipal	-	Distrito de São Miguel (5,0Km da Sede)	50	-	-	-	-	-	
3. ATÍLIO VIVACQUA											
3.1. Área A	15.000	Prefeitura	Legalizada - c/registro em Cartório	Sede Municipal	100	10	90	100	Não existe, porém, está próxima às redes existentes.	50% plano e 40% em morro de médio aclive (30%).	
3.2. Área B	4.000	Prefeitura	Legalizada - c/ registro em Cartório	Sede Municipal	20	-	20	-	Não existente, está próxima às redes existentes.	Totalmente plana.	O Prefeito deseja vender os lotes (Área Nobre) para adquirir equipamentos para a Prefeitura.
4. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM											
4.1. Loteamento Village de Luz	-	Lotes Particulares	Regularizados	Área urbana na Sede Municipal	1.750	350	1.400	-	Em execução o projeto de infra-estrutura pela Prefeitura.	Morro com pequeno aclive, solo firme, acessos existentes, ruas abertas.	A Prefeitura está em vias de instalar a Empresa Municipal de habitação e saneamento.
4.2. Loteamento Coramã	-	Lotes Particulares	Regularizados	Área urbana na Sede Municipal	-	-	-	-	Em execução o projeto de infra-estrutura por parte da Prefeitura.	Morro com pequeno aclive, solo firme, ruas abertas, acessos existentes.	
5. CONCEIÇÃO DO CASTELO											
5.1. Área da COHAB-ES	80.000	COHAB-ES	Regularizada	Área urbana	105	0	105	-	Terraplenagem executada, necessitando de pequena regularização em decorrência de erosões, água instalada, rede elétrica paga (não instalada), sem esgoto, tem material para drenagem do córrego na parte baixa do loteamento.	Terreno plano, corte de morro.	<ul style="list-style-type: none"> Existe projeto de 53 casas na COHAB-ES. Existe loteamento na Sede, próximo à área da COHAB-ES, 256 lotes doados a particulares, sem interesse para projeto habitacional. Existem 440 lotes particulares em Venda Nova.

Continua

Continuação
 QUADRO DA SITUAÇÃO DOS TERRENOS PARA PROJETOS HABITACIONAIS
 GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
 VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS	TERRENOS				LOTES				INFRA-ESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO TERRENO (TOPOGRAFIA/TOPOLOGIA)	OBSERVAÇÃO
	ÁREA (M²)	PROPRIEDADE	SITUAÇÃO JURÍDICA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL	OCUPADOS	DISPONÍVEIS	ÁREA MÉDIA (M²)			
6. IJUA											
6.1. Loteamento Nossa Senhora da Penha	-	Prefeitura	Regularizada	Na área urbana da Sede Municipal	120	120	0	120	. Distribuição de água concluída . Energia elétrica em fase de instalação . Rede de esgoto e drenagem em fase de projeto a ser enviado ao MDU	Morro, não muito acidentado	A Prefeitura doou o direito de uso às pessoas de faixas de rendas diversas. Prazo de construção de seis meses. A Prefeitura ajuda com material para construção
6.2. Prolongamento Nossa Senhora da Penha	-	Prefeitura	Regularizada	Na área urbana da Sede Municipal	150	0	120	200	Não tem infra-estrutura, o loteamento será iniciado	Morro com declive acentuado	
6.3. Irup - Distrito	-	Prefeitura	Regularizada	Na área urbana da Sede Municipal	80	0	80	200	Não tem infra-estrutura, projeto em elaboração na Prefeitura	Área plana, prolongamento de rua	uma
7. SÃO MATEUS											
7.1. Programa Mutirão da Moradia	30.656	Prefeitura	Regularizada	Na área urbana, a 3km do centro	75	0	75	100	Sem infra-estrutura, próximo à rede instalada de água e energia	10% plano e 30% em declive acentuado. Partido urbanístico pronto, solo firme	
7.2. Área de Aracruz	-	Aracruz	Regularizada	Na área urbana, a 3km da Sede, contígua à área referente ao item 7.1	3.000	0	3.000	-	Sem infra-estrutura, próximo à rede instalada de água e energia	Praticamente plano, com pequena inclinação	A doação da área à COHAB-ES, se concretizada assim que for viabilizado o projeto de construção
7.3. Morada do Cacique	-	Prefeitura	Regularizada	Na área de expansão urbana a 3km da Sede e margem da Rodovia BR-101	280	280	0	-	Não tem infra-estrutura, ruas abertas, projeto de energia elétrica aprovado na ESCELSA, próximo à infra-estrutura instalada	Terreno bastante acidentado, num vale próximo ao Rio Cricaré	Os lotes foram doados à população carente
7.4. Ao lado do Conjunto Formosa Velha	-	Prefeitura	Regularizada	Na área de expansão urbana, a 3km da Sede	50	0	50	100	Não tem infra-estrutura, o loteamento não está preparado, redes de água e luz estão próximas, no Conjunto Formosa Velha	Totalmente plano, solo firme	
7.5. Conjunto dos Flagelados	-	Prefeitura	Regularizada	Na área de expansão urbana, a 3km da Sede	110	0	110	100	Conjunto em fase final de construção	Terreno acidentado, solo firme	

continua

Continuação
 QUADRO DA SITUAÇÃO DOS TERRENOS PARA PROJETOS HABITACIONAIS
 GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
 VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS	TERRENOS				LOTES				INFRA-ESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO TERRENO (TOPOGRAFIA/TOPOLOGIA)	OBSERVAÇÃO
	ÁREA (M ²)	PROPRIEDADE	SITUAÇÃO JURÍDICA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL	OCUPADOS	DISPONÍVEIS	ÁREA MÉDIA (M ²)			
8. JAGUARÉ											
8.1. Palmicul	-	Particular	Regularizada	Na área urbana	130	130	0	-	Tem água e luz, fossa seca, arruamento, sem pavimentação	Área acidentada entre morros, com brejo	Essas áreas referem-se a bairros populares carentes, cuja posse dos terrenos ainda é de propriedade do loteador. Este está doando os terrenos à PM para que a mesma possa regularizar em favor dos posseiros
8.2. Bairro do Posto	-	Particular	Regularizada	Na área urbana	40	40	0	-	Tem água e luz, fossa seca, arruamento sem pavimentação	Área plana, solo firme	
8.3. Boa Vista I	-	Particular	Regularizada	Na área urbana	90	90	0	-	Tem água e luz, arruamento irregular	Topografia acidentada, finalizando numa grossa	
8.4. Boa Vista II	-	Particular	Regularizada	Na área urbana	40	40	0	-	Tem água e luz, arruamento regular	Área plana em sua maioria	
9. PEDRO CANÁRIO											
9.1. Vila Camata	133.996	Prefeitura	Regularizada	Na área urbana da sede Municipal	500	500	450	140	Não tem infra-estrutura - Projeto de água em tramitação na CESAN	Área plana	A Prefeitura doou o direito de posse a particulares
9.2. Área do Camilo	-	Particular	-	Na área urbana da sede Municipal	-	-	-	-	-	Área plana	Prometida a doação desta área à Prefeitura, sem a devida efetivação
9.3. Cristal	-	Aracruz	Regularizada	Distrito de Cristal a 30km da Sede	100	0	100	-	-	-	Em 03/10/86 foi enviado à COHAB-ES ofício solicitando a execução do projeto com a respectiva doação da área
10. LINHARES											
10.1. Pontal da Lagoa	22 (a) quilômetros	COHAB-ES	Regularizada	Na área urbana, a ± 6km da sede Municipal	2.640	0	2.640	200	Não tem infra-estrutura	Área plana	-
11. CONCEIÇÃO DA BARRA											
11.1. Área Bairro Santana	112.445	Prefeitura	Regularizada	Na área urbana da sede Municipal	286	0	286	200	Não tem infra-estrutura	Área plana	Tem partido urbanístico
11.2. Área da COHAB-ES	100.000	COHAB-ES	Regularizada	Na área urbana da sede	500	0	500	-	Não tem infra-estrutura, as redes estão próximas ao conjunto habitacional da COHAB-ES já existente	Área plana	Implantação do conjunto a ser estudado e articulado com a Prefeitura Municipal
11.3. Novo Horizonte	60.000	ARACRUZ CELULOSE que doará à COHAB-ES	Regularizada	Na área urbana da sede Municipal	-	0	-	-	Não tem infra-estrutura	Área plana	-
11.4. Itaipas	-	ACESSITA, que doará à COHAB-ES	Regularizada	No distrito	50	0	50	-	Não tem infra-estrutura	Área plana	O parecer do IUSN é contrário à construção do conjunto habitacional alegando ser área de preservação natural

Continuação
QUADRO DA SITUAÇÃO DOS TERRENOS PARA PROJETOS HABITACIONAIS
 GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
 VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS	TERRENOS				LOTES				INFRA-ESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO TERRENO (TOPOGRAFIA/TOPOLOGIA)	OBSERVAÇÃO
	ÁREA (M²)	PROPRIEDADE	SITUAÇÃO JURÍDICA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL	OCUPADOS	DISPONÍVEIS	ÁREA MÉDIA (M²)			
12. MUNIZ FREIRE											
12.1. Piaçu	15.000	Prefeitura	Regularizada	18km da Sede Municipal	45	0	45	200	Não tem infra-estrutura, tem projeto da CESAN. Energia elétrica próxima	Área bastante acidentada	Remoção de parte da Favela do Cadará, na Sede do Município
12.2. Itaici	7.500	Prefeitura	Regularizada	Distrito de Itaici, a 20km da Sede Municipal	20	0	20	200	Tem água e luz no loteamento, sem esgoto e drenagem pluvial	Terreno plano, pronto para edificação	Distrito com trabalhadores volantes rurais de baixa renda
12.3. Vila Assunção	48.800	Comunidade	Regularizada	23km da Sede Municipal	20	0	20	400	Não tem infra-estrutura, energia próxima, sem rede de água	Terreno plano, com pequeno desmorte de morro	A Comunidade se dispõe a executar as construções
12.4. Terreno da Viúva do Benjamin	15.000	Particular	Regularizada	A + 01km da Sede, a margem direita da ES-191, sentido BR. Muniz Freire	20	0	20	200	Sem nenhuma intervenção	Terreno praticamente plano	
13. GUAÇUI											
13.1. Prolongamento do Bairro Antônio Francisco Moreira	-	Prefeitura	Regularizada	Na área urbana da Sede Municipal	60	0	60	200	Não tem infra-estrutura. A Prefeitura está executando Terraplanagem	Chapada entre morros	Tem cadastro de famílias carentes
13.2. Bairro Balança	10.000	Prefeitura	Regularizada	Na área urbana da Sede Municipal	23	0	23	150	Não tem infra-estrutura. A Prefeitura fez Terraplanagem	Terreno plano, solo firme	Tem um casarão no bairro que será aproveitado para instalação de um creche
13.3. São Pedro de Rates	-	Prefeitura - 60 lotes	Regularizada	Distrito de São Pedro de Rates, a 25km da Sede	90	0	90	200/300	Tem serviço precário de tratamento de água (filtração), tem projeto de água e esgoto no IESA, verba parcial liberada, a ser complementada pelo Governo do Estado e Prefeitura	Terreno plano, solo firme	
14. PANCAS											
14.1. Área A	27.000	Prefeitura	Regularizada	Próximo à Rodovia e ao Centro Urbano da Sede Municipal	-	-	-	-	Possui rede de água e energia nas proximidades. Não tem infra-estrutura	Terreno acidentado, morros e vales	Somente 10% da área destinada a habitação devido à topografia do terreno
14.2. Loteamento Rio Novo	-	Particular	Regularizada	Fora do Centro Urbano da Sede Municipal	200	-	200	-	Não tem infra-estrutura	Terreno acidentado	
14.3. Vila Nova	-	Particular	Regularizada	No Centro Urbano da Sede Municipal	300	300	0	-	Tem água e energia elétrica, necessita rede de esgoto, calçamento e melhorias nas habitações. Tem projeto no MDU	Terreno acidentado	A Prefeitura tem interesse em desapropriar para ceder o direito de uso aos atuais moradores, em sua maioria trabalhadores volantes
15. BAIXO GUARU											
15.1. Área junto a COHAB	-	Prefeitura	Regularizada	Na área urbana da sede municipal	100	0	100	-	Não tem infra-estrutura (redes de água e energia próximas)	Terreno plano	Tem projeto no MDU. Sistema de Mutirão. Necessita orientação técnica
15.2. Bairro do Rosário	-	Particular	-	Na área urbana, próxima da SEDE	300	0	300	300	Não tem infra-estrutura	Terreno acidentado	A PM quer adquirir os lotes para posterior doação
15.3. Área da COHAB/ES	-	COHAB/ES	-	Na área urbana da sede municipal	153	0	153	-	Não tem infra-estrutura, porém a mesma está próxima	Terreno plano	Projeto João de Barro em fase de reformulação do orçamento

continua

Continuação
 QUADRO DA SITUAÇÃO DOS TERRENOS PARA PROJETOS HABITACIONAIS
 GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
 VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS	TERRENOS				LOTES				INFRA-ESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO TERRENO (TOPOGRAFIA/TOPOLOGIA)	OBSERVAÇÃO
	ÁREA (M²)	PROPRIEDADE	SITUAÇÃO JURÍDICA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL	OCUPADOS	DISPONÍVEIS	ÁREA MÉDIA (M²)			
16. COLATINA											
16.1. Campo de Viação	200.000	Ministério da Aeronáutica	-	. Na área urbana da sede municipal	-	-	-	-	. Não tem infra-estrutura (passa próxima ao terreno)	Terreno plano	Negociando com o Ministério da Aeronáutica (Sistema de Troca)
16.2. Bairro Hondrio Fraga	-	Particular	-	. a 8km do Centro	40	0	40	-	-	Terreno acidentado	A Prefeitura quer adquirir
17. ARACRUZ											
17.1. Vila do Riacho	-	Prefeitura	Regularizada	. Dentro do perímetro urbano da Vila	250	0	250	360	. O terreno não tem infra-estrutura. Existem redes e equipamentos comunitários próximo ao terreno	Terreno plano. Boas condições de construção. Solo firme	
17.2. Guarani	-	Prefeitura	Regularizada	. Localização no Distrito de Guarani, a 30km da sede	120	0	120	300	. não existe (ademas na sede do distrito)	Terreno em boas condições para implantação de casas	
17.3. Santa Cruz	-	Prefeitura	Regularizada	. Localizada no Distrito de Aracruz a 33km da sede	120	0	120	300	. Só existe nas proximidades	Terreno plano, em boas condições	
17.4. Padre Bauer (Faixa vendida pelo Diretor a D. SM)	-	COHAB/ES (Doada pela Santa Cruz Urbanizadora)	Regularizada	. Bairro Coqueiral	225	0	225	-	. Água e esgoto aprovado pela FSESP (custo incidente), energia (custo de incidente), meios fidei (custo incidente). Terraplenagem executada pela Prefeitura Municipal		. aguardando liberação de recursos pela CEF para abertura de licitação; . Orçamento atualizado enviado à CEF através do Of. COHAB/ES/DPO/nº 529/87 em 14/05/87
17.5. Morada do Sany	-	COHAB/ES (Doada pela Aracruz Celulose)	Regularizada	. Distrito de Santa Cruz (Barra do Sany)	137	0	137	-	Idem	Idem	Idem
17.6. Saudcy	-	COHAB/ES (Doada pela PMA)	Regularizada	. Sede Municipal	298	0	298	-	Idem	Idem	Idem
18. IBIRACU											
18.1. Sede Municipal	-	Loteamento Público Municipal	Regularizada	. No Centro Urbano, constituindo um Bairro DE referência da Sede	77	0	77	-	. O terreno não tem infra-estrutura, só existe nas proximidades	Morrido (em alicive), constituindo um platô, em boas condições de construção	. A Prefeitura encaminhou projeto de urbanização ao MCM, em sistema mutirão (R\$ cursos de 30 mil cruzados por unidade)
18.2. Terreno do Seminário	-	Particular (da Igreja Católica)	Regularizada	. Dentro do Perímetro Urbano	300	-	300	-	. O terreno já dispõe de infra-estrutura	Localizado em um platô, plano, solo firme, em boas condições de construção	. O terreno possui um prédio do Seminário O Prefeito quer negociar a compra com o Prédio para transformar em Escola Agrícola

QUADRO DA SITUAÇÃO DOS TERRENOS PARA PROJETOS HABITACIONAIS
GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS	TERRENOS				LOTES				INFRA-ESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO TERRENO (TOPOGRAFIA/TOPOLOGIA)	OBSERVAÇÃO
	ÁREA (M²)	PROPRIEDADE	SITUAÇÃO JURÍDICA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL	OCUPADOS	DISPONÍVEIS	ÁREA MÉDIA (M²)			
19. FUNDÃO											
19.1. Terreno do Ginásio de Esportes		Prefeitura Municipal	Legalizado com Escritura	No Perímetro Urbano	50	0	50	-	O terreno está próximo a rede já instalada.	O terreno acidentado	A melhor área do terreno foi destinada a construção do ginásio de Esportes. A parte em declive circular é que está destinada à construção de casas.
19.2. Bairro Sto. Antônio		Lotes Particulares		No Centro urbano Bairro periférico.	150	150	-	-	Tem água, energia e a Prefeitura Municipal está fazendo o calçamento.	Terreno Acidentado	
20. MONTANHIA											
20.1. Bairro Cipreste	48.000	Loteamento particular, a PM adquiriu uma Quadra	Lotes doados, sem regularização. A área adquirida pela Prefeitura é regularizada.	Perto da área central da sede.	-	-	-	20	O Bairro tem infra-estrutura, faltam o calçamento.	Terreno plano, bem localizado, solo firme, em condições de construção.	O terreno está inserido num bairro popular, com casas de estuque carentes.
20.2. Anjoio Deolito	50.000	Prefeitura	Regularizado, lotes doados aos moradores, com Escritura da PM.	Localizado na sede municipal, contíguo ao Bairro Cipreste.	300	30	170	120	A infra-estrutura passa próximo ao loteamento, no terreno é inexistente.	Terreno bom, de morro e baixada.	As doações dos 20 lotes foram registradas em cartório sendo que somente após 4 anos de ocupação será dada a escritura.
20.3. Vinhático	96.000	Prefeitura	Regularizado	Distrito de Vinhático, a 6km da sede à margem Estrada Vinhático-Montanha	240	20	220	-	Não existe infra-estrutura. Os moradores usam bicos de luz e água de poço. As ruas não estão abertas. Falta ter drenagem.	Terreno plano e com para construção.	Todos os lotes já foram doados, e a PM quer trocar uma área de 60 lotes do Prefeito.
20.4. Sede Municipal	48.400	Particular	Com Escritura	Na área urbana							A PM quer recursos para aquisição. Não foi possível visitar.
21. MUCURICI											
21.1. Ponto Belo	96.600	Prefeitura	Regularizado com escritura pública.	Distrito de Ponto Belo, a 6km da sede.	238	150	88	200	Inexistente no local, sem água, sem luz e ruas não abertas nos lotes disponíveis.	O terreno é bom. Plano com bom acesso. Solo firme.	Os lotes foram doados, com prazo de 10 meses para a construção. A PM espera alvará construção e o aforamento é dado depois de construída a casa.
21.2. Água Boa	-	Prefeitura	Regularizado com escritura pública.	Prevoado de Água Boa a 36km da sede.	21	2	19	-	Inexistente		Não visitado pela equipe técnica.
21.3. Itabaiana	38.400	Prefeitura	Regularizado	Na vila de Itabaiana localizada a 22km da sede.	120	0	120	200	Não existe no loteamento. A Vila dispõe de energia e água pelo sistema municipal.	O terreno é plano, bom para construção.	A Prefeitura tem planta e partido urbanístico já prontos.
21.4. Loteamento Planalto	98.600	Patrimônio Municipal	Regularizado com escritura pública	Na sede municipal, na área urbana.	360	0	360	200	Inexistente, porém próximo a rede instalada.	O terreno é plano, com declividade em algumas partes.	A PM já doou 50 lotes, não construiu por falta de recursos.

continua

Continuação

QUADRO DA SITUAÇÃO DOS TERRENOS PARA PROJETOS HABITACIONAIS

GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO

VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS	TERRENOS						LOTES		INFRA-ESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO TERRENDO (TOPOGRAFIA/TOPOLOGIA)	OBSERVAÇÃO
	ÁREA (M²)	PROPRIEDADE	SITUAÇÃO JURÍDICA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL	OCUPADOS	DISPONÍVEIS	ÁREA MÉDIA (M²)			
23.7. Loteamento Betânia	-	Particular	Não legalizada aos ocupantes	Sede Municipal	93	93	-	-	Idem	Idem	. Idem
23.8. Loteamento Boa Vista	-	Particular	Não legalizada aos ocupantes	Sede Municipal	200	200	-	-	Idem	Idem	. Idem
23.9. Loteamento Altoé	-	Particular	Não legalizada aos ocupantes	Sede Municipal	492	492	-	-	Idem	Idem	. Idem
A Prefeitura Municipal está interessada em legalizar os lotes das Vilas e Povoados pertencentes ao Estado (áreas rurais e de vilas).											
24. SÃO GABRIEL DA PALHA											
24.1. Loteamento Nova Colônia	4.200	Municipal	Legalizada	Sede Municipal	42	10	32	30	Existe água, energia elétrica nas áreas já ocupadas	Terreno de morro - com grande declividade Solo bom	. A Prefeitura Municipal encaminhou solicitação ao MDU para construção de 50 casas, onde 32 delas seriam destinadas à remoção de parte da população do Bairro Aymores para esta área.
24.2. Terreno próximo ao conjunto COHAB	40.000	Particular (Sr. Luiz Simey)	Legalizada	Sede Municipal	-	-	-	-	Infra-estrutura inexistente, próxima a já existente no Bairro COHAB	Terreno de morro com acentuada declividade	. A Prefeitura Municipal pretende adquirir o terreno para implantação de conjunto habitacional
24.3. Terreno no Bairro Independência	96.000	Particular	Legalizada	Sede Municipal Próxima ao Centro	-	-	-	-	Inexistente, próxima a já existente, no Bairro Independência	Terreno plano adequado para implantação de projeto habitacional - faltando talvez uma boa drenagem Como é situado num vale, ainda existem nas redondezas dessa área plana, partes de terreno com certa declividade	. Idem . Custo: 6 milhões . Terreno já visitado pela COHAB, antes da nossa visita
24.4. Terreno perto da AABD.	192.000	Particular	Legalizada	Sede Municipal	-	-	-	-	Inexistente - porém a infra-estrutura passa próxima	Terreno plano e com certa declividade	. A Prefeitura Municipal pretende adquirir o terreno para implantação de conjunto habitacional
24.5. Terreno em Vila Valério	-	Área apropriada pelo Sr. Rafael Thomas quando da formação da vila, onde o Estado fez doação do terreno, e este Sr. se apropriou desta área	Terreno devoluto do Estado, em mão de particular	Vila Valério	-	-	-	-	Inexistente Existente na Vila	Terreno Bom	. Necessidade de crescimento da Vila. . A Prefeitura Municipal deseja reaver a área ou que o Estado desaproprie.

Continuação
 QUADRO DA SITUAÇÃO DOS TERRENOS PARA PROJETOS HABITACIONAIS
 GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
 VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS	TERRENOS				LOTES				INFRA-ESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO TERRENO (TOPOGRAFIA/TOPOLOGIA)	OBSERVAÇÃO
	ÁREA (M²)	PROPRIEDADE	SITUAÇÃO JURÍDICA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL	OCUPADOS	DISPONÍVEIS	ÁREA MÉDIA (M²)			
22. BOA ESPERANÇA											
22.1. Sobradinho	48.400	Prefeitura	Está para ser adquirida a escritura pública	No povoado de Sobradinho a 28km da Sede Municipal	128	48	80	250	As ruas estão abertas, ainda sem infra-estrutura A Prefeitura Municipal fez convênio com a CESAN (já confirmado) e com a ESCELGA, para abastecimento de água e de energia elétrica	Terreno com boas características topográficas, apresentando topografia um pouco acidentada, não prejudicando a implantação do Conjunto	<ul style="list-style-type: none"> O loteamento constitui um prolongamento do povoado, capaz de favorecer o seu crescimento Os lotes doados (80), foram gravados em 08 anos de uso para obter o título de aforamento A população de Sobradinho, através de sua organização, participou da definição do loteamento e da população beneficiada
22.2. Sede Municipal	-	Particular	-	Sede Municipal	100	100	-	-	Já existente	-	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de melhoria e construção de casas
22.3. Santo Antonio	-	Particular	-	Vila de Santo Antônio	60	60	-	-	Já existente	-	Idem
22.4. Sobradinho	-	Particular	-	Povoado de Sobradinho	50	50	-	-	Já existente	-	Idem
22.5. Bela Vista	-	Particular	-	Povoado de Bela Vista	10	10	-	-	Já existente	-	Idem
22.6. Bairros: - Vila Ivoares I - Vila Ivoares II - Vila Fernandes	-	Particular	-	Sede Municipal	-	-	-	-	Existente - faltando obras de acabamento	Terreno plano e bom	<ul style="list-style-type: none"> O Prefeito encaminhou à COHAB, projeto de urbanização (praças e calçamento)
23. NOVA VENÉCIA											
23.1. Terreno próximo ao Aeroporto	73.000	Particular (Sr. Arlindo Martins)	Legalizado	Sede Municipal, à margem da estrada Nova Venécia - São Gabriel da Palha	200	0	200	-	Infra-estrutura: ± próxima	<ul style="list-style-type: none"> A topologia do terreno é boa, com uma topografia ± plana Acesso bom 	<ul style="list-style-type: none"> Terreno disponível para aquisição
23.2. Terreno no Bairro Alto	70.000	Particular (Afonso Cró)	Legalizado	Sede Municipal, à margem da estrada Nova Venécia - Boa Esperança	210	0	210	-	Infra-estrutura: Próxima	<ul style="list-style-type: none"> A topologia do terreno boa, com topografia plana Acesso bom 	<ul style="list-style-type: none"> Terreno disponível para aquisição
23.3. Loteamento Municipal I	252.554	Municipal	Não legalizada aos ocupantes	Sede Municipal	185	37	148	240	Infra-estrutura de água e energia	<ul style="list-style-type: none"> Topologia do terreno boa, com topografia plana e acidentada Acesso bom Presença de rede de alta tensão que inutilizou vários lotes 	<ul style="list-style-type: none"> A maioria dos lotes vendidos (em 36 meses para pagamento) Possível atuação na área de legalização
23.4. Loteamento Municipal II	13.255	Prefeitura Municipal	Não legalizada aos ocupantes	Sede Municipal	38	38	-	200	Água, esgoto e energia	Topologia boa, com topografia acidentada	<ul style="list-style-type: none"> Atuação possível: legalização dos lotes
23.5. Loteamento Rúbia	-	Particular	Não legalizada aos ocupantes	Sede Municipal	1.509	1.509	-	-	Infra-estrutura precária	Topologia boa, com topografia acidentada	<ul style="list-style-type: none"> Loteamento irregular e clandestino, necessitando de urbanização e regularização fundiária
23.6. Loteamento Bonfim	-	Particular	Não legalizada aos ocupantes	Sede Municipal	548	548	-	-	Idem	Idem	Idem

continua

ANEXO 5

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO
DOS MUNICÍPIOS VISITADOS

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS

GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO

VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS/ÁREAS	PROPOSTA DA PREFEITURA	CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL	DEMANDA REGISTRADA	DEFICIT HABITACIONAL - DADOS: USJN	FASES DO PROJETO	FONTE DE RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	UNIVERSO DE ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1. SÃO JOSÉ DO CALÇADO										
1.1. Sede Municipal	Construir 100 unidades para população de baixa renda (operários e trabalhadores rurais)	Doa o terreno e ajuda na infra-estrutura, com cessão de mão-de-obra	290 famílias, sendo 200 na sede municipal e 30 unidades em cada Distrito	819 unidades	A Prefeitura Municipal acabou de demarcar a área para implantação de moradias	Não tem nenhuma solicitação a qualquer órgão público	50% dos custos relativos aos projetos de infra-estrutura (execução) Viabilizar financiamento para construção de casas tendo a Prefeitura como agente promotor	Conjunto habitacional para 50 casas em regime de mutirão	% Demanda sede = 50% % Deficit município = 12,2%	
1.2. Distrito Arimba	Implantar conjunto habitacional com 20 unidades	Existe pré-disposição dos proprietários em ceder áreas para construção de casas			Somente iniciados os contatos verbais para conseguir opção das áreas	Não existe		Aguardar a definição das áreas para proposta de contribuição do Estado	% Demanda distritos = 66,7%	
1.3. Distrito Alto Caiçaco	Implantar conjunto habitacional com 20 unidades	Existe pré-disposição dos proprietários em ceder áreas para construção de casas			Somente iniciados os contatos verbais para conseguir opção das áreas	Não existe		Aguardar a definição das áreas para proposta de contribuição do Estado	% Deficit Município = 7,4%	
1.4. Patrimônio do Divino	Implantar conjunto habitacional com 20 unidades	Existe pré-disposição dos proprietários em ceder áreas para construção de casas			Somente iniciados os contatos verbais para conseguir opção das áreas	Não existe		Aguardar a definição das áreas para proposta de contribuição do Estado		
2. MUQUI										
2.1. Área A	Implantar conjunto habitacional com 40 unidades	Doação dos terrenos e ajuda (50%) na infra-estrutura, com cessão de mão-de-obra, alguns equipamentos e materiais	250 famílias, sendo 200 na sede e 50 unidades na sede distrital	959 unidades	A Prefeitura Municipal desenvolveu projeto urbanístico	Existe solicitação na CONAB, porém o projeto está indefinido	200 horas de trator para complementação da terraplenagem e acessos Recursos para conjunto habitacional, tendo a Prefeitura como agente promotora	Conjunto habitacional para 40 casas em regime de mutirão	Área A % Demanda sede = 20%	
2.2. Área B	Implantar conjunto habitacional com 160 unidades				A Prefeitura Municipal desenvolveu projeto urbanístico	Não existe		Aguardar proposta	Área B % Demanda sede = 80% % Deficit município = (A + B) = 20,6%	
2.3. Distrito de Camará ou São Miguel	Implantar conjunto habitacional com 50 unidades	Doação dos lotes necessários e ajuda na infra-estrutura (área da PMM).			A Prefeitura irá proceder a demarcação da área	Não existe		Aguardar proposta	% Demanda distrito = 100% % Deficit município = 5,2%	
3. ATÍLIO VIVÁQUA										
3.1. Área A	Implantar conjunto habitacional com 50 unidades	Doa o terreno e ajuda de mão-de-obra na infra-estrutura	90 famílias na sede do município (trabalhadores rurais e operários)	263 unidades	A Prefeitura está demarcando as áreas	Não existe	Elaboração e execução dos projetos de terraplenagem e infra-estrutura Elaboração dos planos urbanísticos		Área A % Demanda sede = 55,6% % Deficit município = 19%	
3.2. Área B	Implantar conjunto habitacional com 20 unidades	Doa o terreno e ajuda de mão-de-obra na infra-estrutura					Viabilizar financiamento para construção de casas	Emergenciar ações no sentido da construção das 20 casas da Área B	Área B % Demanda sede = 22,2% % Deficit município = 7,6%	

continua

Continuação

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS

GRUPO DE TRABALHO DE HABITACÃO

VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS/ÁREAS	PROPOSTA DA PREFEITURA	CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL	DEMANDA REGISTRADA	DEFICIT HABITACIONAL - DADOS: IJSH	FASES DO PROJETO	FONTE DE RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	UNIVERSO DE ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
4. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM										
4.1. Loteamento Vila da Luz	Construir 1.400 casas	A Prefeitura Municipal participa da infra-estrutura caso seja implantada a urbanização nesse loteamento	3.000 unidades na sede do município para atendimento a operários até 2 SM	13.247 unidades	Projeto de Distribuição de água, está em tramitação no MDU para atendimento ao loteamento Vila da Luz	MDU/PMCI	50% dos custos relativos a execução dos projetos de infra-estrutura e urbanização	Urbanização dos loteamentos existentes, com fiscalização rígida para evitar especulação da terra	% Demanda município = 67% % Déficit município = 15%	
4.2. Loteamento Coromara	Construir 600 casas em lotes já vendidos a particulares de baixa renda	A Prefeitura participa na infra-estrutura, caso seja implantada a urbanização neste loteamento			A Prefeitura está iniciando a infra-estrutura	PMCI	Viabilizar financiamento de construção de casas individuais tendo a PMCI como promotora	Financiamento de 50% da demanda do loteamento Coromara		
5. CONCEIÇÃO DO CASTELO										
5.1. Área DA ES	Iniciar a construção de 53 casas para atendimento a população de baixa renda	Terraplenagem da área e drenagem do córrego, já existe água no local e energia paga com recursos da PMCC	78 unidades na sede do município	1.113 unidades	Já preparada a terraplenagem, obras a serem realizadas de drenagem	COHAB/CEF	Orientação na formulação de um projeto de atendimento a 53 unidades com renda média	Devolução das áreas não loteadas da COHAB/ES à Prefeitura	% Demanda município = 100%	
	Viabilizar 25 unidades para atendimento à média renda				Em fase final de aprovação na CEF para as 53 casas		Agilizar o processo para construção das 25 unidades financiadas pela COHAB	Implantação de conjunto habitacional para 53 unidades/COHAB.	% Déficit município = 7%	
6. TUNA										
6.1. Loteamento N. S. da Penha	Concluir as 120 casas, já em construção desde 1985 (auto construção).	Doar o lote, fazer terraplenagem e infra-estrutura.	80 unidades	1.437 unidades	Construção das casas pelo próprio morador por auto construção.	Municipalidade/Proprietários/GEES	Viabilidade recursos para financiamento de material de construção.	Financiar individualmente material de construção para 60 unidades habitacionais no Bairro N. S. da Penha.	7% da Demanda	A Prefeitura possui imóveis nas áreas urbanas além destas.
6.2. Prolongamento do loteamento N. S. da Penha.	Doar lotes para construção de 150 casas.	Preparar a infra-estrutura e dar apoio técnico.			A ser elaborado projeto urbanístico	Municipalidade/Proprietários	Complementação de recursos para abertura de ruas, terraplenagem, água e energia elétrica e esgotos.	Orientação para elaboração do projeto de infra-estrutura a serem encaminhados ao MDU do prolongamento do Bairro N. S. da Penha.	4% do Déficit	
6.3. Distrito de Irupui	Construir 80 casas para baixa renda	Doar os lotes, colocar infra-estrutura e apoiar na construção das casas.			Tem projeto elaborado, em fase de encaminhamento para solicitação de recursos de infra-estrutura.	Não existe	Recursos estaduais para infra-estrutura	Idem		

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS
 GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
 VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS/ÁREAS	PROPOSTA DA PREFEITURA	CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL	DEMANDA REGISTRADA	DEFICIT HABITACIONAL - DADOS: IJSN	FASES DO PROJETO	FONTES DE RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	UNIVERSO DE ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
7. SÃO MATEUS										
7.1. Programa Mutirão da Moradia	Implantar conjunto habitacional para baixa renda com 75 unidades.	Doar lotes e colaborar na infra-estrutura (terraplenagem e construção das casas).	3.515 unidades	5.327 unidades	Projeto a ser iniciado	GEES	Viabilizar recursos para implantação de conjunto habitacional.	Conjunto habitacional com 75 unidades.		
7.2. Área do Grupo Ara cruz	Construir 3.000 casas com participação do Grupo Ara cruz, Prefeitura e CDHAB/ES.	Solicitar recursos ao MDU para a infra-estrutura a ser executada pela Prefeitura.			Estudos Preliminares na CDHAB/ES	CDHAB/MDU/CEF	Projeto a ser devolvido e acompanhado pela CDHAB/ES.	A ser estudado	11% da Demanda	
7.3. Morada do Cactoue	Urbanizar 280 lotes já doados e ocupados.	Demarcar os lotes, fazer abertura de ruas, viabilizar a implantação de infra-estrutura.			Projeto a ser iniciado.	PMSM/GEES	Recursos Estaduais para urbanização.	Urbanizar bairro popular com 280 lotes.	8% do Déficit	
7.4. Ao lado do Conjunto Forno Velho	Implantar conjunto habitacional para baixa renda com 50 unidades.	Doar lotes, executar a infra-estrutura e apoiar na construção das casas.			Em fase final de elaboração do Partido Urbanístico.	PMSM/GEES	Viabilizar recursos para implantação de Conjunto Habitacional	Conjunto habitacional com 50 unidades.		
7.5. Conjunto dos Pelados	Construir 110 unidades.	Doar terreno urbanizar, organizar o mutirão e apoiar na construção das casas.			Em fase final de construção das unidades.	PMSM/GEES	Recursos financeiros através da COPLAN/FUNDES/SOE.			Entrega do Conjunto Flagela dos prevista para 20 de setembro de 1987.
7.6. Conjunto Forno Velho II.	Construir pela CDHAB/ES 150 unidades em área doada pelo Grupo Aracruz.	Proposta a ser analisada			Em elaboração na CDHAB/ES	CDHAB/CEF/MDU	Projeto a ser desenvolvido e acompanhado pela CDHAB/ES.			
8. JAGUARÉ										
8.1. Palmital	Urbanizar a área com 130 casas de madeira, bem como promover a melhoria ou construção das casas.	Executa a urbanização e procede a titulação dos lotes para os 4 aglomerados existentes.	800 unidades		Solicitado recursos para urbanização através do MDU.	MDU/GEES	Recursos estaduais para urbanização dos 4 aglomerados.	Promover a urbanização (esgoto e calçamento) dos 4 aglomerados, perfazendo 300 lotes, bem como apoiar financiamento individualizado para construção e melhoria das casas.	37% da demanda 31% do deficit	A PM está interessada em adquirir áreas na sede municipal e nos distritos de Água Limpa e Barra Seca.
8.2. Bairro do Posto	Urbanizar a área com 40 casas de madeira, bem como promover a melhoria ou construção das casas.									
8.3. Boa Vista I	Urbanizar a área com 90 casas de madeira, bem como promover a melhoria ou construção das casas.			960 unidades						
8.4. Boa Vista II	Urbanizar a área com 40 casas de madeira, bem como promover a melhoria ou construção das casas.									

Continuação

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS

GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO

VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS/ÁREAS	PROPOSTA DA PREFEITURA	CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL	DEMANDA REGISTRADA	DEFICIT HABITACIONAL - DADOS: IJSN	FASES DO PROJETO	FONTE DE RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	UNIVERSO DE ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
9. PEDRO CANÁRIO										
9.1. Vila Gemata	Promover urbanização do local para construção de 200 casas.	Doar os lotes, fazer terraplenagem e a abertura de ruas.			Enviado ao MDU solicitação de recursos Cz\$ 6.000.000 para construção de 200 casas.	MDU/GEES	Viabilizar e/ou complementar recursos para implantação do conjunto.	Averiguar processo do MDU resguardando recursos GEES caso não aconteça a liberação do pedido.		Presença de bôlas-fritas.
9.2. Área do Camilo	Utilizar para construção de casas para baixa renda.	Efetuar a doação feita pelo Camilo Costa.	500 unidades	1.431 unidades		Não existe		Averiguação do evento e acompanhamento do processo	40% da demanda 11% do déficit	Previsão de uma indústria de celulose no município de Mucuri (BA) - a ser
9.3. Cristal	Atendimento a funcionários da Cridasa (100 casas).	Não há formulação				COHAB/ES	Elaborar projeto e construir as habitações pela COHAB/ES.	Entrar em contato com a Aracruz para viabilização do empreendimento.		
10. LINHARES										
10.1. Pontal da Lagoa	Não há proposta	Não existe	2.643 unidades	12.113 unidades				Contato estadual com a Prefeitura enfatizando a gravidade do problema habitacional no município.		
11. CONCEIÇÃO DA BARRA										
11.1. Área do Bairro Santana	Urbanizar a área para posterior doação (286 lotes).	Serviços de infra-estrutura e terraplenagem.			Somente partido Urbanístico.	Prefeitura Municipal/GEES	Viabilizar recursos para implantação de conjunto habitacional.	Conjunto habitacional com 286 unidades.		Pela contribuição municipal de infraestrutura no terreno do item 11.2, a PM quer alguns lotes.
11.2. Área da COHAB/ES	Construir conjunto habitacional (3 a 7 SM).	Faz terraplenagem, instala água e luz.			Projeto em elaboração na COHAB/ES.	CEF		Recomendamos um levantamento da demanda atualizada com estudos junto às usinas, Aracruz, Acesita e Prefeitura referente aos empreendimentos da COHAB-ES, Novo Horizonte e Itaunas.	9% da demanda 11% do déficit	Existe interesse da Acesita em negociar a área de sua propriedade com a PM.
11.3. Novo Horizonte	Construir conjunto habitacional (3 a 7 SM).	Faz terraplenagem, instala água e luz.	3.000 famílias	2.648 unidades	Fase de anteprojeto na COHAB/ES.	CEF				
11.4. Itaunas - distrito	Construir conjunto habitacional para população de baixa renda com 50 unidades.									

Continua

Continuação

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS
GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS/ÁREAS	PROPOSTA DA PREFEITURA	CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL	DEMANDA REGISTRADA	DEFICIT HABITACIONAL - DADOS: IJSN	FASES DO PROJETO	FONTE DE RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	UNIVERSO DE ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
14. PANCAS										
14.1. Área A	Utilizar 10% da área de 27.000m ² para construção de unidades habitacionais para atendimento aos municípios da área urbana que não tem casa própria e se situam na faixa de renda de até 1 SM	Doar os lotes Terraplenagem (tem equipamento) Infra-estrutura		1.525 unidades	Tem cadastro, mas as obras não foram iniciadas			Em virtude da declividade não recomendamos construir nesta área		
14.2. Loteamento Rio Novo	Aquisição do loteamento Implantar um conjunto de casas para população de baixa renda Atender 200 famílias	Terraplenagem, infra-estrutura	500 famílias		Tem cadastro de famílias a serem beneficiadas		Recursos para aquisição da área	Viabilização da compra do terreno	60% da demanda 19% do déficit	
14.3. Bairro Vila Nova	Desapropriar a área e conceder direito de uso Recuperação das moradias Terrenagem, pavimentação e esgoto. Atender 500 famílias	Execução dos serviços de infra-estrutura			Identificado ao MDU recursos para urbanização da área	MDU para urbanização da área GEES para urbanização		Viabilizar a urbanização do bairro		Agilização junto ao MDU ou promover a urbanização com recursos do GEES
15. BAIXO GUANDU										
15.1. Área da Prefeitura para atendimento à COHAB	Construir 100 unidades para atendimento à famílias de até 2 SM	Terraplenagem e infra-estrutura Doação do lote (direito de uso)	553 famílias	2.687 unidades	Projeto no MDU para aquisição das moradias em fase de liberação.	MDU/GEES		Ajuda com 1 trator	18% da demanda, 4% do déficit	Construção em mutirão, utilizando matéria-prima da região
15.2. Bairro do Rosário	Adquirir e urbanizar 300 lotes, para doar à famílias carentes	Infra-estrutura e terraplenagem			Não tem projeto			Viabilizar a compra do terreno		
15.3. Área da COHAB-ES	Construir conjunto habitacional pela COHAB-ES (Programa João de Barro)				Em fase de reformulação do orçamento para posterior encaminhamento a CEF	COHAB-ES/CEF		Agilização do projeto na COHAB e CEF		

Continua

Continuação
 QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS
 GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
 VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS/ÁREAS	PROPOSTA DA PREFEITURA	CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL	DEMANDA REGISTRADA	DEFICIT HABITACIONAL - DADOS: IJSN	FASES DO PROJETO	FONTE DE RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	UNIVERSO DE ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
16. COLATINA										
16.1. Campo de Aviação	Adquirir do Ministério da Aeronáutica, por troca, uma área para implantação de um conjunto habitacional	Área para permuta e infra-estrutura (execução dos serviços)		9.990 habitações	Não tem projeto	Recursos próprios e do GEEB		Execução dos projetos		
16.2. Bairro Monte Fraga	Adquirir 40 lotes e construir as casas para população de baixa renda	Infra-estrutura, terraplenagem Parte dos recursos para aquisição dos lotes			Não tem projeto					
17. ARACRUZ										
17.1. Vila do Riozinho	Implantar conjunto habitacional (250 unidades) para população de baixa renda	Doar o terreno, fazer terraplenagem e infra-estrutura (prazo de execução dos serviços e preparação da área 60 dias)		4.780 habitações	Não tem projeto	Recursos próprios e do GEEB		Execução dos projetos	38% da demanda 24% do déficit	Todos os terrenos são planos, com equipamento completo e necessitam de atenção nas redes de água e energia
17.2. Suvarema	Implantar conjunto habitacional (120 unidades) para população de baixa renda	Doar o terreno, terraplenagem e infra-estrutura (prazo: 60 dias)	3.000 famílias		Não tem projeto	Recursos próprios e do GEEB		Execução dos projetos		A Prefeitura poderá conseguir área para a construção de até 1.000 unidades
17.3. Santa Cruz	Implantar conjunto habitacional (120 unidades) para população de baixa renda	Doar o terreno, terraplenagem e infra-estrutura (prazo: 60 dias)			Não tem projeto	Recursos próprios e do GEEB		Execução dos projetos		Os terrenos serão cedidos à COHAB-III
17.4. Padre Bauer	Conjunto habitacional para renda superior a 5 SM num total de 223 unidades	Terraplenagem			Aprovado pela CEF, aguardando liberação de recursos para abertura de licitação	CEF				Tipologia habitacional - Padrões: IS-1/82 IS-2/82 IS-3/82 IS-4/82
17.5. Marjão do Sany	Conjunto habitacional para renda superior a 5 SM total de 137 unidades	Terraplenagem			Aprovado pela CEF, aguardando liberação de recursos para abertura de licitação	CEF				
17.6. Savaça	Conjunto habitacional para renda superior a 5 SM total de 298 unidades	Terraplenagem A PM doou os lotes à COHAB-ES			Aprovado pela CEF, aguardando liberação de recursos para abertura de licitação	CEF				

Continua

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS
GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS/ÁREAS	PROPOSTA DA PREFEITURA	CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL	DEMANDA REGISTRADA	DEFICIT HABITACIONAL - DADOS: IJSN	FASES DO PROJETO	FONTE DE RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	UNIVERSO DE ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
18. IBIRAÇU										
18.1. Sede Municipal	Construir 77 casas para famílias de baixa renda	Infra-estrutura, doar os lotes (direito de uso)		1.984 habitantes	Tem projeto no M.D.U. sem análise, para compra dos materiais de construção	M.D.U./GEES	Utilizar junto ao M.D.U. dos recursos para implantação das unidades	Caso o M.D.U. não libere as verbas, o Governo deverá alocar recursos para execução do conjunto habitacional	20% da demanda 10% em relação ao déficit	A Prefeitura deseja construir em mutirão
18.2. Terreno do Seminário	Construir 300 unidades para baixa renda e média renda (adquirir o terreno)	Parte dos recursos para aquisição do terreno Complementação da infra-estrutura	377 famílias		Não tem projeto	Recursos próprios e do GEES	Aquisição do terreno onde se encontra o Seminário			Contactado a COPLAN/COHAB-ES no sentido da aquisição do terreno
19. FUNDAÇÃO										
19.1. Terreno do Ginásio de Esportes	Construir 80 casas para remoção da população Ri Beirama	Doar o terreno e infra-estrutura			Pretende encaminhar projeto ao MDU	M.D.U.	Elaborar projetos e participar da infra-estrutura	Viabilizar recursos para implantação do conjunto habitacional	25% em relação a demanda	Tem preferência pelas casas da F.V.R.C. (mutirão)
19.2. Bairro Santo Antônio	Urbanizar e melhorar as habitações existentes (150 unidades)	Favimentar e fazer a infra-estrutura	200 famílias	1.112 habitantes	Não tem projeto	Recursos próprios e do GEES	Recuperar e urbanizar o bairro		4% em relação ao déficit	
20. MONTANHA										
20.1. Bairro Cipreste	Urbanizar 20 lotes e construir as casas	Doar os lotes e fazer a terraplenagem								
20.2. Anjo da Deusa	Urbanizar a área e financiar material de construção (300 lotes)	Doar os lotes e fazer a terraplenagem	800 famílias	1.950 unidades	Cadastradas as famílias e doados os lotes As ruas já estão abertas	GEES PMM		A cargo da Prefeitura Municipal	30% da demanda	OBS. GERAL: Prefeitura tem interesse em colocar calçamento e rede de esgoto em bairros populares consolidados como Palhinha, Cipreste e Fundação
20.3. Vinhático	Urbanizar a área e implantar os esbites ou conjunto habitacional (240 lotes)	Doar lotes e fazer a terraplenagem			Cadastradas as famílias e doados os lotes	GEES PMM (50% na infra-estrutura)	Viabilizar recursos para implantação da infra-estrutura, principalmente de água e esgoto para toda a Vila de Vinhático	Implantar os lotes urbanizados com esbites e/ou cabine sanitária	12% do déficit	

continua

Continuação

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS

GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO

VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS/ÁREAS	PROPOSTA DA PREFEITURA	CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL	DEMANDA REGISTRADA	DEFICIT HABITACIONAL - DADOS: 1/35N	FASES DO PROJETO	FONTE DE RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	UNIVERSO DE ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
TOTAL: 320 UNIDADES										
21. MICURICI										
21.1. Ponto Belo	Urbanizar a área com 88 lotes e financiar o material de construção para as mesmas.	Executar a infra-estrutura e doar os lotes.	200 famílias	1.255 unidades	Já foram cadastradas as famílias carentes para doação dos 88 lotes.	PMM 50% da infra-estrutura. ESCELSA/CESAN 50% PMM/GEES	Viabilizar a proposta da PM via financiamento para urbanização e construção de moradia em 30 dias.	Urbanização do loteamento e financiamento do material de construção (88 unidades)	16% da demanda 62% do deficit	Discutir o parcelamento e o uso do solo em Ponto Belo
21.2. Água São	Não existe interesse pois a demanda é pequena. Reservando para futuro.		20 famílias							
21.3. Itabirana	Urbanizar e construir 120 casas de menor padrão.	Doar os lotes, apoiar a complementação de infra-estrutura (esgoto e pavimentação).	50 unidades		Plantas do loteamento aprovadas com Partido Urbanístico.	PMM/GEES				
21.4. Loteamento Planalto	Urbanizar e construir 50 casas com financiamento de material de construção.	Doar os lotes e fazer a terraplenagem.	50 unidades		Área já demarcada em 015 pontilhadas com 50 lotes já doados.	PMM/GEES				Existem 18 famílias morando em um hospital abandonado em Água São. O Município está interessado em removê-las para o seu loteamento.
TOTAL: 300 UNIDADES										
22. BOA ESPERANÇA										
22.1. Socoratinho	Implantar 80 lotes urbanizados com ombrião, e/ou financiar material de construção no Programa FICAM.	Doar os lotes e fazer a terraplenagem, instalar água e transporte do material.	80 unidades	1.841 unidades	Os lotes já foram doados (a prep simbólico). Loteamento com ruas abertas. Solicitação encaminhada à COHAB (Of. PMBE - 10/84) e ao MDU (Of. PMBE - 121/87) para construção das 30 unidades.	PMBE GEES COHAB/ES MDU (Valor requerido ao MDU num total de Cr\$ 3.783.960,00).	Financiar a urbanização e a construção das casas com recursos do GEES, e/ou. Agilizar contatos no MDU para a liberação do recurso.	Implantar lotes urbanizados com ombriões. Financiar a construção da casa própria (80 unidades).	77% da demanda	O atendimento à Boa Esperança seriam em todas as solicitações registradas. Não há organização e ao interesse do município.
22.2. Sede Municipal	Melhorar e construir 100 unidades em lotes já existentes, de propriedade particular, espalhados pela cidade.		100 unidades			COHAB/FICAM, GEES	Viabilizar financiamento para melhoria e construção de unidades habitacionais isoladas.	Melhoria e construção de habitação (100 unidades).	12% do deficit	

Continua

Continuação
QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS
GRUPO DE TRABALHO DE HABITACÃO
VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS/ÁREAS	PROPOSTA DA PREFEITURA	CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL	DEMANDA REGISTRADA	DEFICIT HABITACIONAL - DADOS: IJSN	FASES DO PROJETO	FONTE DE RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	UNIVERSO DE ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
22.3. Santo Antônio	. Idem (60 unidades)		. 60 unidades			. Idem	. Idem			
22.4. Sobradinho	. Idem (50 unidades)		. 50 unidades			. Idem	. Idem			. Melhoria e construção de habitação (50 unidades).
22.5. Bela Vista	. Idem (10 unidades)		. 10 unidades			. Idem	. Idem			
22.6. V. Tavares I V. Tavares II V. Fernandes	. Urbanizar, construir praças e colocar calçamento	. A PM possui uma fábrica de artefatos de cimento			. Encaminhado projeto de urbaniz. e CUBAC	. COHAB/FINC/FINEC . GEES		. Intervir junto a COHAB a aplicação do projeto.		
23. NOVA VENÉCIA										
23.1. Terreno próximo ao Aeroporto	. Adquirir terreno para implantar unidades habitacionais e/ou lotes urbanizados	. Doar área aos futuros ocupantes e fazer terraplenagem com abertura de ruas	Demanda total 2.000 famílias 200 famílias		. Em estudos para aquisição do terreno	GEES		. Viabilizar recursos para a compra do terreno		
23.2. Bairro Altoé	. Idem	. Idem	210 famílias	3.383	. Em fase de negociação final no mês julho/87 por parte da PMNV	GEES		. Viabilizar recursos para a implantação de infraestrutura e lotes urbanizados	Implantar 210 lotes urbanizados	
23.3. Municipal I	. Regularizar os loteamentos clandestinos	. Apoio logístico para a regularização . Acesso de informações à equipe técnica			-	GEES/PM		. Equipe Técnica . Regularizar lotes clandestinos . Ordenar o crescimento urbano		
23.4. Loteamento Municipal II	. Idem	. Idem	3.065			GEES		. Equipe Técnica		. Idem
23.5. Loteamento Rúbia	. Idem	. Idem				GEES		. Equipe Técnica		. Idem
23.6. Betânia	. Idem	. Idem				GEES		. Equipe Técnica		. Idem
23.7. Boa Vista	. Idem	. Idem				GEES		. Equipe Técnica		. Idem
23.8. Altoé	. Idem	. Idem				GEES		. Equipe Técnica		. Idem

Continuação

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VISITADOS
GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO
VISITA: 13 A 17/07/87

MUNICÍPIOS/ÁREAS	PROPOSTA DA PREFEITURA	CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL	DEMANDA REGISTRADA	DEFICIT HABITACIONAL - DADOS: IJSN	FASES DO PROJETO	FONTE DE RECURSOS	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	UNIVERSO DE ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
24. SÃO GABRIEL DA PALHA										
24.1. Loteamento Nova Combene	Urbanizar e construir 32 casas, destinada à remoção do Bairro Amores.	. Coloca infra-estrutura	. 32 famílias		. Encaminhado ao MDU solicitação de recursos para 50 casas - praticamente liberados os recursos	. MDU	. Agilizar pedido MDU	. Intervenção a cargo da Municipalidade.		
		. Executa a construção das casas.								
24.2. Terreno próximo ao CAP junto CHAS	Adquirir a área para implantação de conjunto habitacional.	. Terraplenagem		. 2,54 unidades	. A PM manteve contato com o proprietário.	. GEES				
		. Abertura de ruas								
		. Cadastro de famílias								
24.3. Terreno no Bairro Lage Bendecida	Adquirir a área para implantação de conjunto habitacional.	. Terraplenagem			. A PM e a CHAS já mantiveram contato com o proprietário.	. FMSGP/GEES	. Aquisição do terreno, desmobilizando a implantação de um conjunto habitacional na dita renda.	. Aquisição do terreno (200 lotes)		. A PM está reservando recursos no seu orçamento destinado à aplicação na área de habitação (conjunto habitacional)
		. Abertura de ruas								
		. Cadastro de famílias								
24.4. Terreno perto de RR	Adquirir a área para implantação de conjunto habitacional.	. Terraplenagem			. A PM manteve contato com o proprietário.	. GEES		. Caso inviabilize a compra do terreno referente ao item anterior, estudar a possibilidade da compra deste terreno (200 lotes)		
		. Abertura de ruas								
		. Cadastro de famílias								
24.5. Terreno em Vila Valério	. A PM deseja obter o terreno, seja por compra ou por desapropriação pelo Estado, já que pertencida a ele, para possibilidade de crescimento da Vila.									

Continua

